

ADVERSO

nº 208 - julho / agosto de 2014

ISSN 1980315-X



Execução das metas do PNE até 2020 pode depender de mobilização da categoria

Dirigentes de entidades nacionais e gaúchas previnem que será preciso pressionar para garantir que a lei sancionada em junho vire realidade

Páginas 16 a 22



Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA
UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**
1º Vice-Presidente: **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**
2ª Vice-Presidente: **Marilda da Cruz Fernandes**
1º Secretário: **Ricardo Francalacci Savaris**
2º Secretário: **Paulo Machado Mors**
3º Secretário: **Luciano Casagrande**
1º Tesoureiro: **Vanderlei Carraro**
2º Tesoureiro: **Edson Lindner**
3ª Tesoureira: **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufgrs.org.br
www.adufgrs.org.br



Publicação bimestral
Tiragem: 3.500 exemplares
Impressão: Ideograf

Conselho Consultivo

Ana Boff de Godoy - DEIS/Ufcspa
Gloria Ferreira - Fabico/Ufrgs
Lúcio Vieira - IFRS - Campus POA
Paulo Machado Mors - Instituto de Física/Ufrgs
Flávio Porcello - Departamento de Comunicação/Ufrgs

Edição: **Adriana Lampert**
Reportagens: **Ana Esteves, Araldo Neto, Marco Aurélio Weissheimer e Patrícia Comunello**
Projeto Gráfico: **Eduardo Furasté**
Diagramação: **André Lacasi**

Produção



(51) 3228 8369

SUMÁRIO

CARREIRA

CPPDs aguardam aprovações
de novas regras
por **Patrícia Comunello**

04

07

SINDICAL

Encontro do Proifes em Goiânia avança no
debate sobre autonomia universitária
por **Araldo Neto**

PING-PONG

Noemia Goldraich
"A saúde de nossas crianças está em perigo"
por **Marco Aurélio Weissheimer**

10

14

PROGRESSÃO

Pesquisa discente é critério para
promoção de professor Titular
por **Ana Esteves**

REPORTAGEM

Começa a batalha para execução do PNE 2020
por **Patrícia Comunello**

16

23

VIDA NO CAMPUS

Dermatovet oferece diagnóstico e tratamento
para animais domésticos e silvestres na Ufrgs
por **Ana Esteves**

EM FOCO

Professores lançam livro sobre legado
dos movimentos sociais de 2013
por **Patrícia Comunello**

26

29

ARTIGO

O dano moral é a negação da democracia no
ambiente de trabalho
por **Milton Bozano Fagundes**, advogado

ESPECIAL

Docentes apontam problemas
resultantes da Copa do Mundo
por **Araldo Neto**

30

33

JURÍDICO

Aceleração da promoção durante o estágio
probatório deverá ser cobrada em juízo
por **Francis Borbas**, assessor jurídico da ADufrgs

Adufrgs-Sindical e a eleição para reitor

Com a proximidade do término das atuais gestões dos dirigentes das universidades federais, as comunidades acadêmicas – em especial, as entidades representativas dos vários segmentos – iniciam discussões sobre os critérios para escolha dos sucessores.

Para a Adufrgs-Sindical, o momento não é de início, mas de recrudescimento de uma luta antiga em defesa da democratização do processo de escolha dos dirigentes das instituições federais de ensino superior (Ifes), crendo que este deve se esgotar no âmbito das mesmas; ou seja, reitores e vice-reitores devem ser eleitos pelas comunidades universitárias e o resultado, após referendado pelo conselho superior da Ifes, encaminhado ao governo federal.

Já transcorreram 20 anos desde que a Ufrgs, ao elaborar o estatuto, em 1994, incluiu no processo de escolha do reitor e do vice-reitor a obrigatoriedade de consulta à comunidade, que passou a ser realizada, mesmo sem que houvesse determinação estatutária, pela maioria das universidades federais que têm utilizado a proporcionalidade paritária de votos entre docentes, servidores técnico-administrativos e alunos.

Embora não seja obrigatório, a ordem de classificação dos três primeiros colocados na consulta tem sido respeitada na elaboração da lista que é enviada ao governo pelos respectivos Conselhos Universitários, ou órgãos equivalentes, com os votos dos professores tendo o peso de 70% do total. Este percentual, determinado pela Lei 9.192/95, também deve ser aplicado quando a consulta à comunidade for realizada pela instituição, ou se constar em seu estatuto, como no caso da Ufrgs.

Consequentemente, a universidade vive a cada quatro anos uma situação anacrônica, que gera insegurança jurídica, e conflitante nos processos de eleição para seus dirigentes, especialmente em função da disputa entre os professores, servidores técnico-administrati-

vos e alunos, pelo peso de seus votos e a força da disposição legal.

O descontentamento da comunidade acadêmica com a legislação vigente e a necessidade de resolver esta questão têm gerado vários projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional propondo a eleição direta para escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior. Os projetos incluem a votação direta com a participação de professores, alunos e servidores técnico-administrativos, o voto paritário, e a constituição do órgão colegiado deliberativo superior das instituições com 2/3 dos assentos ocupados por membros da comunidade acadêmica e 1/3 por representantes da sociedade civil local e regional.

Com uma proposta mais ampla e democrática, e tendo por base a autonomia conferida às universidades federais no artigo 207 da Constituição de 1988, a Adufrgs-Sindical e o Proifes-Federação defendem que cada universidade deve usufruir do direito de definir em seus estatutos a forma de escolha dos seus dirigentes, inclusive decidindo sobre a proporcionalidade entre os votos dos segmentos que compõem a sua coletividade. Esta posição foi incluída pelo Proifes em uma proposta de projeto de lei sobre autonomia universitária, onde o artigo 6º, inciso VI, determina que a eleição para reitor e vice-reitor seja realizada na comunidade universitária (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos) da Ifes, na forma determinada em seus estatutos, com a nomeação dos eleitos feita pelo presidente da República.

Sem entrar no mérito e sem impor uma proporcionalidade entre os votos dos segmentos, a Adufrgs-Sindical credita esta decisão a seus filiados – professores –, os quais, por sua função precípua, são os principais responsáveis pela qualidade das universidades brasileiras e, pela sua vivência, são os que mais conhecem suas necessidades.

Diretoria da Adufrgs-Sindical

Comissões Permanentes de Pessoal Docentes aguardam aprovações de novas regras

por Patrícia Comunello



Em reunião da CPPD da Ufcsa ocorrida em julho, os integrantes decidiram elaborar um documento com todas as propostas para

O segundo semestre concentrará as atenções dos docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcsa) e da rede do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Depois de formular propostas para adequar avanços e as demais condições do quadro à nova carreira federal prevista na Lei 12.772/12, as Comissões Permanentes de Pessoal Docentes (CPPDs) aguardam a palavra final de conselhos universitários e mesmo de esferas federais, como o Conselho Permanente do Reconhecimento de

Saberes e Competências (RSC), que atinge o segmento de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

Em 17 de julho, a CPPD da Ufrgs recebeu parecer da área técnica do Ministério da Educação (MEC) descartando aceleração da promoção a quem veio em vacância para a Instituição (aprovado em concurso público) a partir de 1º de março de 2013. A presidente da comissão, Vera Catarina Castiglia Portella, lamenta que a resposta do MEC tenha sido negativa. Os processos dos professores que tinham expectativa de manter as progressões anteriores ao ingresso na



Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes) começaram a ser devolvidos.

“A Ufrgs não irá atender, e quem está falando é o MEC”, ressalta Vera, lembrando que a posição já havia sido manifestada pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp) da Universidade. O parecer remetido à CPPD foi assinado pela coordenação-geral de Gestão de Pessoas do Ministério. Segundo a presidente da CPPD da Ufrgs, o setor do MEC indicou que a aceleração da promoção só será possível após cumprimento do estágio probatório pelo docente. A preocupação

é que esse andamento desestimulará a migrar para a Ufrgs quem está nessa situação, fazendo seleção pública, por desvantagens e impacto na remuneração. O encaminhamento que havia sido dado pela Progesp e agora é reforçado pelo MEC tem forte questionamento da Adufrgs-Sindical e do Proifes-Federação.

Dirigentes das duas entidades se reuniram com a CPPD e Progesp, em Porto Alegre, reforçando a posição de que o artigo 13 da nova lei da carreira, sancionada em dezembro de 2012 e regulamentada em março de 2013, assegura a aceleração da promoção a docentes em vacância, independentemente de quando ingressaram na instituição. O presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim de Oliveira, lembra que o comando do Ministério garantiu que os docentes teriam este direito. “Fizemos gestões até agora na esfera administrativa. Com esse parecer, o tema vira uma questão judicial”, adverte.

Na Ufrgs, os conselhos superiores (Conselho Universitário – Consun, e Conselho de Ensino, Pesquisa, e Extensão – Cepe) examinam como ficarão os novos parâmetros para progressão e promoção da carreira de Nível Superior. A expectativa é de validação das mudanças para aplicar nos processos que precisam de definição até dezembro. A Instituição manteve as normas anteriores, para não prejudicar quem pode pleitear avanços, até a aprovação das novas disposições. Outro regramento que deve entrar na pauta dos órgãos será o da progressão para os docentes do Colégio de Aplicação. Como a unidade manteve a vinculação à Ufrgs, na reformulação da carreira do EBTT, os professores esperam o funcionamento do RSC, que atingirá principalmente aqueles que não apresentam titulação de mestre e doutor, e que poderão validar outras formas de alçar a remuneração por retribuição. “Os docentes estão ansiosos pela definição e deveremos ter muitos processos”, adianta Vera.

Na Ufcsa, que inovou com a consulta direta e online aos seus docentes sobre as propostas para as novas regras de promoção e progressão, a aposta é que seja mantida boa parte das sugestões. A presidente da CPPD, Luciana Boose Pinheiro, lembra que o processo participativo, que atraiu número considerável de professores e gerou intensa discussão na categoria, foi uma incumbência dada pela Reitoria à comissão. Em maio, foram remetidas as sugestões à gestão e passaram a ser travadas negociações sobre eventuais ajustes e proposições que mostram diferenças na visão do quadro e da Reitoria. Luciana avalia que a concordância atinge 70% das medidas, mas lembra que “há pontos nevrálgicos” e que se espera apoio da gestão.



Na reunião da CPPD do último dia 22 de julho, os integrantes decidiram elaborar um documento com todas as propostas e o que está em jogo, considerando as expectativas do quadro. O texto foi protocolado na Reitoria e a expectativa é de que se consiga uma conciliação. Caso não haja consenso, a intenção é submeter as proposições ao Conselho Universitário (Consun), maior instância de decisão da Ufcsa. A avaliação da comissão é de que não é necessário ter uma proposta única da Reitoria. Entre os itens divergentes está a formatação de anexos para abrigar formulários a serem preenchidos por quem buscará promoção ou progressão. O modelo visa a organizar e simplificar as exigências, até porque a Ufcsa não tem procedimentos online para o encaminhamento desses formulários.

“A Reitoria quer alterar esse item, que redigimos para atender a várias situações e em todas as atividades, de ensino, extensão, pesquisa e gestão”, ressalta Luciana. Nas pontuações, desponta a formulação, presente nas demandas da consulta virtual, para valorizar o conhecimento e a titulação do docente no acompanhamento dado a bolsistas, independentemente da vinculação, se é estudante de pesquisa, extensão (que é descartado na pontuação pela Reitoria) ou ensino. A mesma regra foi observada quando se trata de orientação de alunos de Graduação e Pós-Graduação. “Amadurecemos muito esta discussão, e o que se quer é reconhecer o conhecimento e o trabalho do professor em todas as situações”, explica a representante da CPPD. Nas atividades de gestão, buscou-se também uniformizar pontuações para funções com mesma competência.

Um tema que deve ganhar maior atenção até o fim do ano são as solicitações de troca de regime. Como não houve atualização das regras que integram o cenário de adaptações à lei da carreira, quase 50 pedidos se acumulavam até meados de julho na CPPD. Luciana esclarece que o Consun voltou atrás, em reunião em 14 de julho, e recompôs a aplicação das regras antigas para a troca de regime. O órgão havia revogado os mecanismos anteriores diante do processo para gerar novas orientações, que ainda estão em análise. “Se a nova norma não for aprovada até setembro, teremos de seguir o modelo anterior, que se baseia no plano do que foi executado”, previne a presidente da comissão. Na proposta que altera o modelo até então em vigor, busca-se projetar as ações futuras, tanto de quem se dedica à extensão, ensino em mais disciplinas, ou pesquisa. “Buscamos critérios mais consistentes”, ressalta Luciana.

RSC pronto, só falta o aval

O Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) é uma das inovações da nova carreira para o EBT e será alternativa para quem não tem titulação acadêmica conseguir acessar as retribuições de remuneração. O modelo do IFRS está pronto e a Reitoria deve enviar para análise do Conselho Permanente do RSC (CPRSC), que tem prerrogativa de validar o modelo de cada instituição. O CPRSC tem reunião prevista para agosto, em Brasília, quando se espera que a proposta do IFRS possa ser apreciada. Após o aval do órgão federal, caberá ao Conselho Superior do Instituto emitir resolução, abrindo caminho para a aplicação à carreira. No País, o RSC deve beneficiar 30 mil docentes. No IFRS, não há número projetado, mas dos 735 professores, 225 são doutores, 413 são mestres, 71 são especialistas, um tem aperfeiçoamento e 25 têm apenas graduação.

O vice-presidente do Colegiado da CPPD do Instituto, Ângelo Mozart Medeiros de Oliveira, explica que o grupo de trabalho responsável pelos critérios, seguiu disposições da regulamentação federal e se inspirou em referências de institutos no Paraná e em Santa Catarina e indicadas pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). “Tentamos agregar o que tinha de melhor entre todos. Uma das preocupações foi compatibilizar atividade docente, de pesquisa e cargos administrativos, dando pesos equilibrados”, explica o vice-presidente do colegiado. Para acessar o nível 3 (equivalente à retribuição de doutorado), o professor deverá ter, por exemplo, registro de patentes.

O grupo de trabalho finalizou a minuta de afastamento, aprovada em plenária. O texto está na Reitoria e nas pró-reitorias para adequação dos fluxos. Continua valendo 10% de afastamento para os quadros de cada campus, taxa incorporada à minuta. Terão maior peso nas liberações os pleitos para cursar mestrado, doutorado e pós-doutorado. Uma das inovações, muito esperada por pretendentes a se afastar, é que o candidato não precisará estar matriculado ao programa de pós-graduação para obter a licença. Basta estar inscrito. Anteriormente, o profissional tinha de estar selecionado para acessar o pleito. “Isso gerava dificuldades, pois muitos programas não aprovavam o docente ao temer que ele não fosse liberado pela instituição à qual está vinculado”, justifica Oliveira. “A minuta do afastamento resolveu o problema.”

Encontro do Proifes em Goiânia avança no debate sobre autonomia universitária

Evento também abordou a proposta de reestruturação da Carreira e de salários dos professores, entre outros temas

por Araldo Neto



Delegados de entidades docentes ainda debateram expansão do ensino público federal e as atuais condições de trabalho

Um anteprojeto de lei que prevê diretrizes para a construção da autonomia universitária e a Proposta de Reestruturação da Carreira docente e de salários para 2016-2018 foram algumas das ações aprovadas durante o X Encontro Nacional do Proifes-Federação, que ocorreu na cidade de Goiânia, de 31 de julho a 04 de agosto. O evento garantiu avanços importantes para os principais temas de interesse da educação, além de encaminhar reivindicações dos professores das universidades e dos institutos federais.

Uma das bandeiras do Encontro, a autonomia universitária foi amplamente discutida pelos participantes. O Anteprojeto de Lei: Autonomia das Universidades e Institutos Federais, que determina legalmente como deve ser entendida a autonomia universitária, norteou os debates. Nesse contexto, a universidade federal passa a ser uma pessoa jurídica de direito público, dotada de capacidade de autonormatização e autogestão. De acordo com o presidente do Proifes, professor Eduardo Rolim de Oliveira, esse documento é fundamental e estratégico, porque

traz a possibilidade de garantir a autonomia universitária na Constituição Federal. Para o 1º vice-presidente da Adufrgs-Sindical, Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira, há um vínculo direto entre autonomia universitária e a qualidade de uma universidade. “As instituições federais de ensino superior que têm mais autonomia no mundo são as melhores. Essa autonomia não significa que a instituição não tenha nenhum comprometimento com a sociedade. Pelo contrário, permite que estabeleça os compromissos regionais e que tenha um compromisso republicano com a sociedade, e não com o governo”, argumenta.

No debate sobre o tema, a Adufrgs-Sindical abordou especificamente a questão da eleição de reitor e de vice-reitor. Segundo a presidente da entidade, Maria Luíza Ambros von Holleben, o assunto é muito importante, porque o Sindicato acredita que a escolha do gestor deve estar restrita à comunidade acadêmica e que cada instituição deve definir a proporcionalidade que julga adequada para o peso dos votos. “Essa é uma proposta que defendemos no Encontro, e que consta dentro do projeto de lei

sobre autonomia universitária”, afirma.

Esta edição do evento que reúne filiados do Proifes ainda definiu pela aprovação da Proposta de Reestruturação da Carreira docente e salários para 2016-2018. Após intenso debate, o parecer foi referendado com um adendo: correção da base de cálculo, considerando inflação de 6,5%. Com isso, a proposta que será encaminhada ao governo federal prevê a implementação de nova malha salarial, com piso (professor auxiliar 1 – 20h – graduado) de R\$ 2,2 mil ou seja, 8,98% acima do valor que vigorará em março de 2015, que será de R\$ 2.018,77. Usando-se como parâmetro uma previsão inflacionária de 6%, pode-se estimar a desvalorização monetária no período em 4,98%. Dessa maneira, a recomposição real dos docentes será igual ou superior a 4%.

Além disso, outras proposições foram discutidas, como isonomia de piso salarial, progressão e promoção de Carreira sem barreira de titulação, extensão do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para aposentados, e ação do Proifes-Federação junto ao Ministério da Educação contra orientações normativas que contrariam as leis. As eleições da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp) foram um dos assuntos tratados na mesa sobre Aposentadoria e Previdência.

“O Proifes tem como posição prioritária orientar os servidores, sobretudo os mais jovens, sobre as mudanças na Previdência e as consequências de aderir, ou não, à Funpresp”, afirmou o professor Eduardo Rolim. Durante o Encontro ficou definido que a entidade, através de sua direção executiva, deverá envidar todos os esforços políticos para articular a montagem de uma chapa de candidatos às eleições dos Conselhos da Funpresp-Exe, além de ampliar e aprimorar os processos de acompanhamento e fiscalização da Fundação, dando todo o apoio político aos representantes dos servidores eleitos nos conselhos da mesma, para que tenham as melhores condições de exercer sua atividade de controle e fiscalização.



Rolim afirmou que projeto de lei que determina como deve ser entendida a autonomia universitária é estratégico

Também ficou decidido que o Proifes-Federação deverá ampliar o trabalho de divulgação e orientação aos professores jovens sobre sua situação de aposentadoria e previdência; incentivar a criação, nas Ifes, de espaços da presença e atuação dos professores aposentados e implementar ou valorizar, nos sindicatos de docentes, as diretorias e/ou comissões de aposentados, as quais devem funcionar como espaços de encontro, levantamento, canalização de demandas e mobilização.

Outro assunto abordado no Encontro foi a expansão do ensino público federal e as atuais condições de trabalho. Segundo o 1º vice-presidente da Adufrgs-Sindical, Lúcio Vieira, a política de expansão das instituições de ensino público federais tem se mostrado, muitas vezes, de baixa qualidade. “Denunciamos que a expansão não pode ser uma moeda de troca política. Temos observado que a mesma não tem acontecido a contento. Muitas instituições abrem de qualquer maneira em espaços improvisados, sem laboratórios, sem rede de internet, sem telefonia, sem as mínimas condições para funcionar”, pontua. Após o debate sobre o tema, os delegados e observadores presentes no Encontro fizeram proposições, como negociar com o governo política de incentivo aos professores em difícil lotação, inclusão da pós-graduação no programa de expansão, discutir junto ao MEC estrutura mínima e prazos para expandir a rede, além de solicitar ao Ministério um relatório desta expansão no Brasil por instituição federal de ensino.

Rede de Mulheres

Na mesa que debateu a organização sindical da educação na América Latina, o destaque foi a criação de um espaço para discussão da realidade das mulheres na educação e no movimento sindical. “Será preciso articular esse processo em cada entidade. Teremos que criar um compromisso”, afirmou Ana Christina de Andrade Kratz (ADUFG-Sindicato), autora da proposta aprovada pela maioria dos delegados. A Rede de Mulheres do Proifes-Federação será oficialmente fundada no dia 16 de setembro. A presidente da Adufrgs-Sindical, Maria Luiza Ambros von Holleben, declarou que o assunto será debatido com a comunidade, a fim de que a entidade avalie as possibilidades de participar do movimento.

Com a presença de sindicalistas da Internacional da Educação na América Latina (IEAL), a mesa ainda abordou a importância da integração entre os países latinos para fortalecer a luta dos trabalhadores da educação e o papel do sindicato no processo democrático dentro das universidades, sobre a educação como um direito universal e sobre a autonomia para definir métodos de trabalho e prioridades.

O tema Consolidação e Expansão do Novo Movimento Docente destacou a trajetória do Proifes, que completou 10 anos de atuação. No decorrer do debate, outras sugestões também foram apontadas pelos presentes a respeito do tema, como a promoção de curso de formação sindical, planejamento estra-



Professores Ricardo Savaris e Edson Lindner (dir.), estiveram entre os integrantes da Adufrgs-Sindical no evento

Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e participação ativa de militantes sindicais nos fóruns municipais e estaduais de educação.

Um dos textos apresentados na mesa defende que o principal desafio é transformar a Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) em realidade, garantindo a sua implementação e zelando para que a imensa maioria dos recursos públicos seja destinada à educação pública (leia mais na reportagem das páginas 16 a 22 desta edição). Entre as proposições sugeridas pelos delegados presentes no Encontro, estão o estabelecimento de critérios para repasse de recursos do PNE à iniciativa privada, maior participação na tentativa de reformulação da pauta da Conae e reunião de preparação para os delegados da Conferência.

Participaram do evento cerca de 130 representantes dos sindicatos federados. A Adufrgs-Sindical teve a maior delegação, com oito delegados eleitos, mais um delegado de diretoria, além de três observadores. A presidente Maria Luiza von Holleben classificou a participação da entidade no Encontro como muito importante tanto nos debates quanto nas opiniões levantadas. "Nossa delegação foi bastante participativa. Foi um encontro muito intenso. Trabalhamos bastante e, na nossa visão, focamos os pontos mais críticos", opina. No encerramento, o presidente do Proifes qualificou o encontro como o melhor já realizado pela entidade. "Houve uma ampla renovação. Foi notável a participação de muitos professores jovens", afirmou Rolim. 📺

técnico e de metas de crescimento, comunicação gerenciada pelos sindicatos federados e o Proifes-Sindicato como "guarda-chuva" de associações e núcleos de professores. O Encontro também abordou questões relacionadas à Conferência Nacional de Educação (Conae) e ao Fórum Nacional de Educação (FNE). Foram defendidos pontos importantes como a fiscalização do dinheiro público no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), maior manutenção do Programa



Participaram desta edição do Encontro Nacional do Proifes 130 representantes dos sindicatos federados

A photograph of a woman with dark hair and glasses, wearing a black and white striped shirt and a patterned scarf. She is sitting at a desk, smiling at the camera. On the desk, there is a computer monitor, a keyboard, a mouse, and several small decorative items, including a glass and some containers. The background is a plain wall.

Noemia Goldraich

"A saúde de nossas crianças está em perigo"

por Marco Aurélio Weissheimer

A médica Noemia Perli Goldraich trabalha como nefrologista pediátrica há quatro décadas. Ela não recorda de ter tratado um único caso de pressão alta em criança que não estivesse relacionada a algum problema grave como doença nos rins, nas artérias renais, na aorta ou a tumores raros, antes dos anos 1990. Pressão alta era uma doença de adultos. Deixou de ser. Na última década, mais crianças passaram a sofrer de hipertensão arterial, uma enfermidade crônica que se arrasta por toda a vida e necessita de medicação continuada. As principais causas disso são a combinação de obesidade e ingestão de quantidades excessivas de sal na alimentação. O problema não é exatamente o sal, mas, sim, o sódio presente nele, e em abundância nos alimentos industrializados ou altamente processados.

Estudos divulgados pelo Ministério da Saúde apontam que o brasileiro tem ingerido mais que o dobro de sal da quantidade diária recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 5g (uma colher de chá): em média, está consumindo 12g ao dia (uma colher de sopa). Muitos produtos que hoje fazem parte da dieta usual de crianças contêm quantidades exageradas de sal. Um pacote de massa instantânea pré-cozida contém 5g de sal, quantidade máxima diária recomendada para um adulto.

Pesquisa realizada pelo Núcleo Interdisciplinar de Prevenção de Doenças Crônicas na Infância, da Pró-Reitoria de Extensão da Ufrgs, em parceria com a Secretaria de Educação do município de Porto Alegre (Smed), tratou deste tema recentemente. O estudo foi feito entre maio e novembro de 2013, com crianças de 0 a 6 anos, matriculadas nas escolas de educação infantil da rede pública municipal. Os resultados foram preocupantes: risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade ocorreram em 38% das crianças de 0 a 2 anos, em 41% das de 2 a 5 anos e em 31% das de 5 a 6 anos. Não houve diferenças entre meninos e meninas. É preciso que se destaque que sobrepeso e obesidade, uma vez instalados, persistem.

Também a pressão arterial (PA) foi medida em 359 crianças de 2 a 6 anos. Em 66% estava normal, em 12% apresentou pré-hipertensão arterial e em 22% os valores foram classificados como sendo de hipertensão arterial.

Em entrevista à revista *Adverso*, Noemia, que é a coordenadora do Projeto de Extensão que desenvolveu a pesquisa, defende que é urgente criar uma grande mobilização social para que a saúde das crianças realmente seja prioridade. "A situação é grave. Os dados que colhemos confirmam o anúncio da OMS de que, pela primeira vez nos últimos dois séculos a expectativa de vida da atual geração de crianças é menor do que a de seus pais." E uma das principais frentes dessa batalha está relacionada à mídia e à propaganda: o consumo na infância, a publicidade dirigida ao público infantil, os impactos e consequências dessa relação e o papel da educação.

Adverso: Fale um pouco sobre a alimentação infantil e sua relação com o atual modo de vida dominante em nossa sociedade.

Noemia Goldraich: Eu atuo na área das doenças crônicas não comunicáveis, que são resultado de um processo de urbanização muito rápido e de globalização de estilos de vida não saudáveis. No momento em que a comida deixou de ser fabricada em casa pela mãe, pela avó ou pela tia, foi sendo substituída por um alimento barato, não perecível e com um sabor único. Uma criança na Índia, na China, no Japão ou no Brasil, hoje, tem acesso ao mesmo tipo de salgadinho. Eu estive recentemente na Tailândia, onde as crianças comem esse mesmo tipo de comida. Ela é barata, e as crianças gostam. O lucro é fantástico. As empresas desse setor fazem propaganda, pela televisão, no mundo inteiro. Esses salgadinhos malditos nunca saem de moda. O popularizado Miojo é outro produto que não sai de moda e é consumido por crianças e adultos.

Esse tipo de alimentação provocou o aumento dessas doenças crônicas não comunicáveis, que se expressam pelo aumento de pressão, aumento de glicose, distúrbios de lipídios, que levam às doenças cardiovasculares, que são de longa duração e apresentam uma progressão muito lenta. Essas enfermidades matam 36 milhões de pessoas por ano no mundo inteiro e 750 mil por ano no Brasil. Serão mais de 9 milhões de óbitos que devem ocorrer precocemente, antes dos 60 anos, sendo que 80% deles ocorrerão em países em desenvolvimento, como o Brasil.

O Ministério da Saúde fez recentemente uma pesquisa por telefone nos domicílios das capitais. A conclusão dessa pesquisa foi que o País está mais rico, no entanto, mais doente. Há uma série de problemas afetando a população, como obesidade, hipertensão, má alimentação, alcoolismo e sedentarismo. Enfrentar esses problemas está diretamente relacionado com uma das principais metas dos Objetivos do Milênio (estabelecidos pela ONU) que é reduzir a pobreza. Essas doenças aumentam muito os custos da Saúde e comprometem as classes mais vulneráveis, que têm menor poder aquisitivo.

Adverso: Como esses problemas se manifestam no dia a dia da população?

Noemia: Está comprovado que o que leva ao aparecimento dessas doenças é a conjunção de quatro fatores de risco: alimentação não saudável, sedentarismo, tabagismo e consumo excessivo de álcool. Nenhum país do mundo conseguiu resolver o problema da ali-

mentação. Alguns já conseguiram melhorar bastante a situação do tabagismo, e há algumas experiências bem sucedidas para enfrentar o problema do consumo excessivo de álcool. Mas até hoje, ninguém conseguiu apresentar uma proposta eficaz para resolver o problema da obesidade, que é a maior ameaça isolada à saúde pública no século XXI. Ela é o centro que irradia todas essas doenças crônicas não comunicáveis.

Houve recentemente uma mudança de paradigma na interpretação da obesidade. Até bem pouco tempo, ela sempre foi considerada como uma enfermidade do ponto de vista pessoal e familiar. Hoje nós sabemos que ela é um distúrbio relacionado ao estilo de vida. Ela é uma doença social. É a sociedade que está doente, não o indivíduo. Não adianta a gente recomendar uma dieta para um indivíduo em particular. Precisamos ver o que há de errado na sociedade e agir sobre isso. Nós vivemos em um ambiente obesogênico e isso não tem a ver só com a alimentação, mas também com o transporte, a agricultura, lugares para fazer atividade física.

Precisamos de políticas públicas para enfrentar esses problemas. Políticas públicas para valer, não apenas uma lei. Sabemos que é preciso dar uma atenção especial a três períodos da vida: gravidez, infância e adolescência. Nós temos a lei das cantinas escolares, por exemplo, para cuidar da alimentação de nossas crianças, mas as pessoas não conhecem, e o poder público não fiscaliza. De todas as propostas que existem no mundo para resolver o problema da obesidade, só há duas que se mostraram eficazes: redução de sal na alimentação e restringir a propaganda de alimentos não saudáveis para as crianças. A Inglaterra é um país que resolveu melhorar o problema do sal. Há um compromisso, para valer, de a indústria reduzir em 10% a quantidade de sódio em todos os alimentos. Eles estão diminuindo o consumo de sal de toda a população, em todas as idades. Aqui no Brasil, a Anvisa fez um pacto de autorregulação com a indústria de alimentos, o que é uma piada.

Adverso: Aí entra o debate sobre a relação da indústria de alimentos, mídia e publicidade, com o consumo das crianças...Fale um pouco da pesquisa realizada junto à rede municipal de educação de Porto Alegre.

Noemia: A indústria e a mídia assumem compromissos nacionais e internacionais. Há cinco ou seis grandes conglomerados que dominam esse mercado. Elas se autoajudam e têm ações conjuntas. O que elas querem

é autorregulação, para que elas mesmas decidam o que irão fazer. Contra isso, precisamos de liderança governamental, regulação e pesquisa ética não comprometida com a indústria. Pensando nisso, em 2011, a Ufrgs e a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre assinaram um convênio para levantar dados junto à rede municipal de educação sobre a alimentação das crianças, que formam hábitos alimentares e de atividade física até os dois anos de idade.

Por meio desse convênio, a Secretaria de Educação se comprometeu a estabelecer regras para políticas públicas destinadas a promover a prevenção de doenças crônicas na rede municipal. Para tanto, mantemos reuniões periódicas com a Secretária de Educação. Muitas vezes, realizamos uma pesquisa e acabamos ficando bastante frustrados. Descobrimos que existem muitas crianças com hipertensão e sobrepeso, ou obesidade, e nada acontece. Não adianta nada. Por isso firmamos esse compromisso com a Prefeitura de Porto Alegre. Nós estamos avaliando todas as crianças. Não estamos fazendo amostragem. Ao todo, são 41 escolas de educação infantil na periferia da Capital. Vamos avaliar todas, em troca de políticas públicas.

Adverso: E quais foram os principais resultados?

Noemia: Entre maio e novembro de 2013, avaliamos 1.765 crianças. Em sete escolas, os pais também responderam um questionário sobre prevalência de doença crônica na família, prematuridade, aleitamento materno, avaliação socioeconômica, grau de instrução e atividade física. Uma coisa que nos surpreendeu foi o impacto positivo das políticas sociais aplicadas nos últimos anos. Encontramos basicamente classe B e classe C, e apenas 3% de classe D. O grau de instrução dos pais também foi surpreendente: 58% têm segundo grau completo e 4% têm curso superior. Encontramos apenas 4% de analfabetos ou com estudo até a terceira série primária.

Considerando as crianças dessas sete escolas, a maioria na faixa entre 2 e 5 anos, 62% estavam normais e 38% apresentaram problema de excesso de peso. Mas encontramos crianças muito obesas. Neste caso, já estamos chegando tarde, pois elas precisam de tratamento e não mais de prevenção. O excesso de peso ocorre mesmo em crianças na faixa etária entre zero e dois anos. Depois dos cinco anos a gente não fala mais em "risco de", tudo passa a ser tratado como sobrepeso ou obesidade, quando aparece nas crianças. O que estamos vendo na infância é o que vai ficar per-

petuado na idade adulta. Em Porto Alegre, 60% dos homens adultos têm problema de sobrepeso. Em geral, esse problema começa na infância.

A informação mais importante dessa pesquisa diz respeito à hipertensão arterial em crianças de dois a seis anos. Não se tem o hábito de medir a pressão arterial de crianças, muito especialmente daquelas nesta faixa etária. Nós avaliamos 395 indivíduos dessa idade, com três medidas seriadas em cada. Os resultados foram assustadores: 22% das crianças avaliadas apresentaram pressão alta. Isso é um horror. Eu não via isso em meu consultório há alguns anos atrás. Isso só aparecia em crianças com doenças renais. Hoje temos crianças que não têm problemas nos rins e têm hipertensão, e precisam tomar remédio, de tão alta que a pressão está. E há uma associação muito significativa entre hipertensão e excesso de peso.

As crianças são um grupo vulnerável que precisa de proteção da sociedade. Elas não têm conhecimentos nutricionais e são incapazes de avaliar os riscos de seu comportamento. Suas escolhas são facilmente influenciáveis pelo marketing e pela propaganda. A indústria e os publicitários já descobriram isso. A criancinha vai no supermercado e reconhece o bichinho que vê na televisão, faz um escândalo e a mãe acaba comprando. Compra também porque é fácil fazer um miojinho. Já está mais do que comprovado que a propaganda influencia o que as crianças comem.

Adverso: Quais são as armas que existem hoje para travar essa luta contra a conjunção dessas indústrias tão poderosas?

Noemia: Uma resolução da Organização Mundial da Saúde, de 2003, adotada em conjunto com a FAO, apontou uma ameaça maior à saúde pública em doenças relacionadas à alimentação: a indústria da propaganda. A OMS estabeleceu que os governos têm a responsabilidade de assegurar que a propaganda não cause confusão, seja informativa e não contribua para a doença e para a obesidade, com uma particular atenção no caso das crianças. Um dia destes, eu liguei a televisão pela manhã e uma apresentadora estava falando das bolachinhas recheadas vitaminadas. É disso que essa resolução da OMS está falando.

Eu faço parte de uma rede brasileira sobre infância e consumo que foi criada em 2013. Nós estamos comemorando que no dia 13 de março deste ano o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) publicou a resolução 163 que considera abu-

siva a prática do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança com a intenção de persuadí-la para o consumo de qualquer produto ou serviço. Essa resolução veda, por exemplo, a presença de marcas de empresas de alimentação no uniforme das crianças ou no ambiente da escola em geral. A base dessa resolução é o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Defesa do Consumidor.

É claro que a indústria vai espernear, mas nós não podemos partir do princípio que essa resolução não vai pegar. Nós temos que fazer ela valer. Recentemente tivemos um episódio com a Coca-Cola nas escolas municipais de Porto Alegre, que envolvia propaganda da empresa na Copa do Mundo. Conseguimos barrar, o que prova que temos que lutar e que podemos conquistar vitórias nesta área.

Adverso: E no terreno da universidade e da pesquisa, o que pode ser feito?

Noemia: A indústria farmacêutica tem uma relação muito perigosa com a pesquisa. Isso também está acontecendo com a indústria de alimentos, que está usando as mesmas técnicas que a indústria do fumo utilizava. Ela influencia diretrizes nacionais, opiniões de especialistas em nutrição e a interpretação de resultados de pesquisas. Os vínculos entre a indústria e os pesquisadores vêm crescendo muito e se apresentando sob os disfarces mais variados. Precisamos ficar muito alertas com esse fenômeno. É comum encontrarmos resultados conflitantes quando comparamos trabalhos de pesquisadores independentes e de pesquisadores financiados por essa indústria. Eu fico muito incomodada com isso e deixei, inclusive, de ir a congressos de pediatria há alguns anos, por conta da presença ostensiva de empresas do setor nos mesmos.

A pesquisa e a ética não podem se separar. Devemos estar atentos para as relações entre a indústria farmacêutica, a indústria de alimentos e a mídia. Há muitos conflitos de interesses que envolvem os pesquisadores nestas relações. Como é que eu vou defender a importância do aleitamento materno, se eu sou financiada pela Nestlé, apenas para citar um exemplo. O conflito de interesses muitas vezes é subliminar e não é declarado.

Recentemente houve um escândalo na Inglaterra envolvendo a vacinação contra a gripe. Todas as pessoas que recomendaram o uso do Tamiflu estavam ligadas à empresa que produz essa substância que, como está provado agora, não funciona. ☹

Pesquisa discente é critério para promoção de professor Titular

por Ana Esteves



A promoção à classe E, denominada como professor Titular, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), obedecerá, a partir de agora, a uma série de novos critérios estabelecidos a partir de definição do Conselho Universitário da Ufrgs (Consun), sob a Decisão nº 232/14.

Entre as novidades, está a utilização do resultado da análise de desempenho dos docentes, realizada a cada final de semestre pelos alunos. O secretário de Avaliação Institucional, professor Daltro José Nunes, explica que o Artigo 3º da Decisão do Consun estabelece que no processo de avaliação do desempenho para promoção à classe de professor Titular, deverá ser demonstrado excelência e especial distinção, obrigatoriamente, no ensino, na pesquisa ou extensão, na área de atuação do docente e na gestão acadêmica. "O problema passou a ser como demonstrar que os professores têm excelência e especial distinção, obrigatoriamente, no ensino – e certamente o melhor meio é perguntar àqueles que assistiram aulas ministradas pelos candidatos: os alunos."

A Ufrgs tem um instrumento de avaliação em forma de questionário que, semestralmente, é entregue para os alunos responderem. Este documento, produzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), tem um conjunto bem estudado de perguntas e é aplicado pela Secretaria de Avaliação Institucional (SAI). "É com base no retorno dos estudantes, acerca da qualidade de ensino dos professo-

res, que se pode concluir pela excelência no ensino. Com uma amostra cada vez mais crescente de respondentes ao questionário, e com estatísticas rigorosas, levando em consideração, inclusive, os fatores emocionais nos feed-



Arquivo Adverso / Ita Kirsch

Maria Luiza alerta para a importância do comprometimento dos alunos na hora de responder ao questionário

backs, que se chega a conclusões muito significativas.”

Na opinião de Nunes, como efeito desta decisão do Consun, espera-se uma grande melhoria na qualidade do ensino, “uma vez que os professores estão cientes de que suas progressões dependem dela.” Além disso, outra comissão está estudando a uniformização deste critério a ser aplicado nas demais classes, como professor Auxiliar, Assistente, Adjunto e Associado.

Sobre a neutralidade dos alunos nas avaliações, Nunes diz: “É possível conseguir imparcialidade, pois mesmo que muitos possam avaliar de forma negativa, conforme seus interesses, sem que essa avaliação represente a real postura do professor em sala de aula, temos condições de identificar o conteúdo emocional e distorcido das respostas. Estatísticas mostram que os alunos que recebem conceitos A, B ou C têm comportamentos praticamente idênticos ou seja, os alunos A, B e C avaliam os professores da mesma maneira. Os alunos D (reprovados) tendem a dar uma nota diferente dos demais. A Universidade sabe o quanto eles destoam dos demais e pode fazer as devidas correções.”

A presidente da Adufrgs-Sindical, Maria Luiza Ambros von Holleben, destaca a importância do comprometimento dos alunos na hora de responder ao questionário. “A avaliação discente tem grande valor, mas deve ser feita com probidade e responsabilidade”, opina.

O presidente do Diretório Acadêmico dos Estudantes da Ufrgs (DCE), Lucas Herbert Jones, afirma que a avaliação do docente pelo discente é ferramenta fundamental para uma maior qualificação do ensino, pois, segundo ele, para ser promovido, o professor deverá atingir no mínimo 50% da nota. “Cada vez mais alunos têm respondido o questionário, especialmente depois que eles passaram a ser avisados da avaliação no portal de matrícula da Ufrgs. No semestre passado, chegamos a 60% de preenchimento.”

As avaliações da qualidade do ensino são antigas. A partir de 2013/2 a CPA produziu um instrumento mais “enxuto” e a SAI adotou uma nova estratégia de aplicação: os estudantes que entrarem no portal do aluno são convidados pela Secretaria a responder o questionário. Em 2013/1, o índice de participantes foi de mais de 50%, uma amostra significativa. Em 2014/1, a SAI espera chegar a este índice ou superá-lo.

As perguntas feitas aos alunos na avaliação incluem clareza e objetividade das aulas, domínio dos conteúdos da disciplina, tempo para atendimento dos estudantes fora da sala de aula, utilização de recursos e procedimentos didáticos adequados, assiduidade e pontualidade, postura diante da diversidade sociocultural dos alunos, atitudes de respeito, consideração e cortesia no

Divulgação / Arquivo Pessoal



Lucas Hebert Jones, do DCE da Ufrgs, considera a ferramenta fundamental para a qualificação do ensino

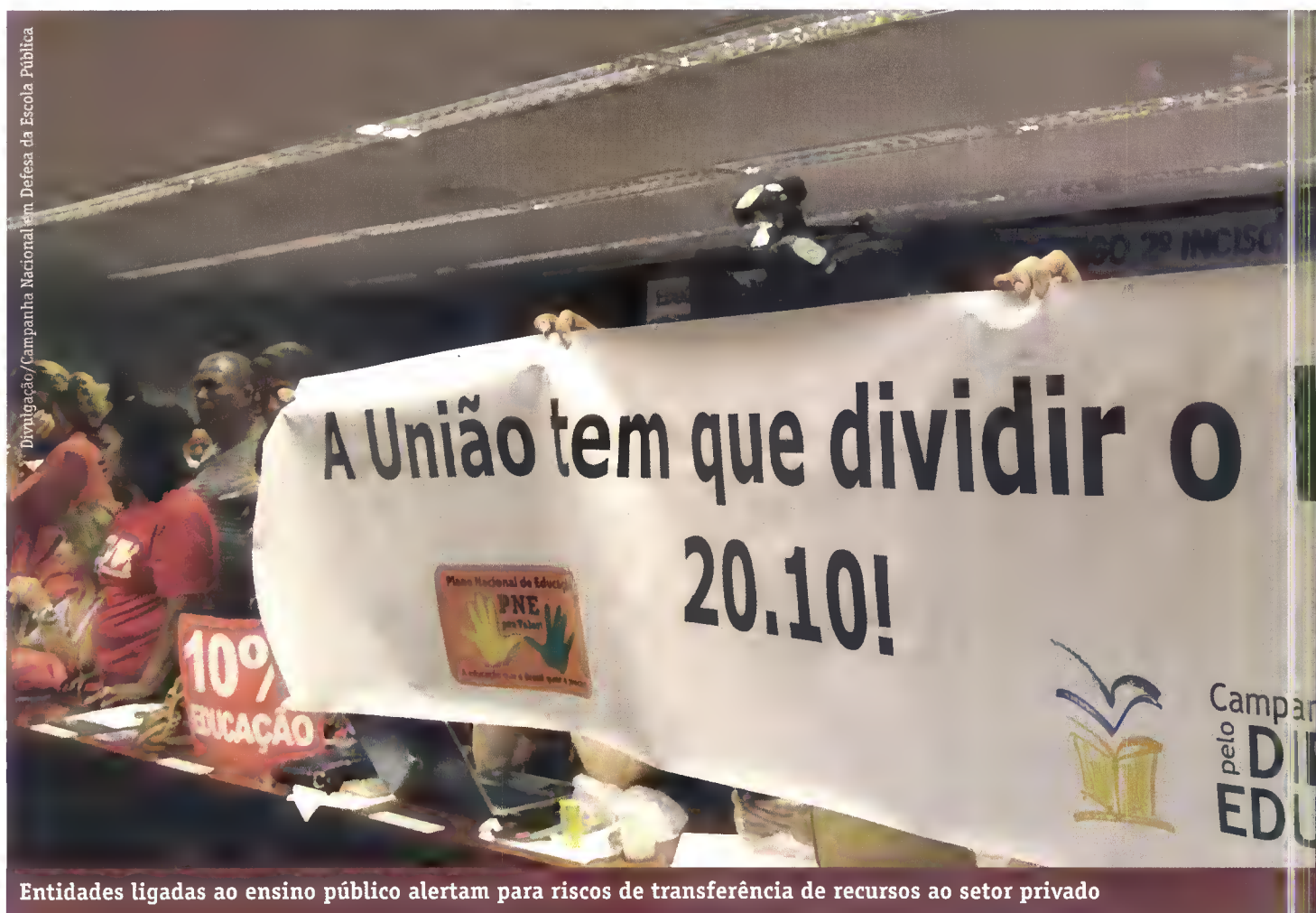
trato com todos os estudantes e análise dos resultados das avaliações feitas pelos professores. Para cada pergunta, os alunos, usando uma escala linear, escolhem uma nota de um a cinco, com uma casa decimal. Cada questão é ponderada, e a nota final de cada disciplina é a média aritmética calculada. Para cada professor tem-se, desta forma, a média da qualidade do ensino por semestre e para todo o interstício da avaliação.

Maria Luiza destaca que as sugestões enviadas pelos professores filiados ao Sindicato, em consulta realizada entre 17 e 21 de abril, foram atendidas. Entre elas, estão considerar a situação dos professores aprovados nos concursos para professor Titular realizados recentemente e que não lograram ser contratados por conta da vigência da nova lei; deixar claro que a avaliação deve levar em conta toda a vida acadêmica, inclusive os dois últimos anos como professor associado IV, e não apenas este último período; valorizar as atividades de gestão acadêmica, junto com atividades de ensino pesquisa e extensão; definir prazos para fazer agenda de datas das avaliações com o candidato; realizar uma definição atual de critérios para pontuação de publicações, e considerar a retroatividade a primeiro de maio, na avaliação inicial, para aqueles que possuírem as condições para promoção desde esta data. 🗣️

Começa a batalha para execução do PNE 2020

Próxima Conae, prevista para novembro, deve avaliar o andamento do segundo Plano Nacional de Educação, sancionado pelo governo no final de junho

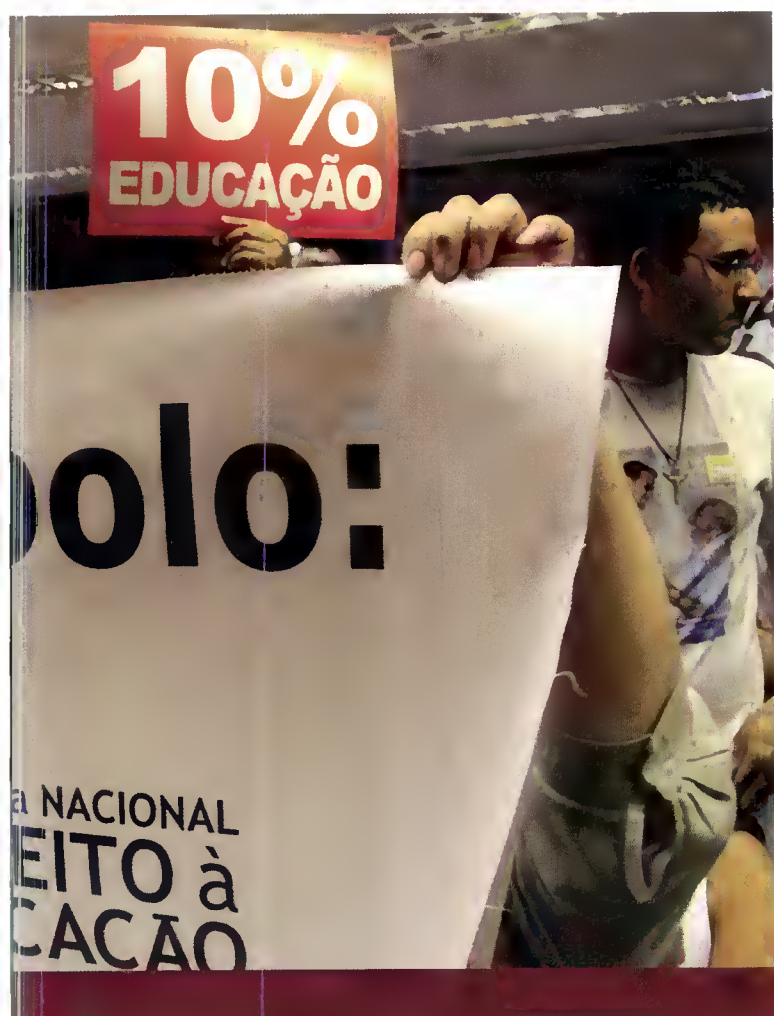
por Patrícia Comunello



Entidades ligadas ao ensino público alertam para riscos de transferência de recursos ao setor privado

Foram quatro anos para tirar do forno o segundo Plano Nacional de Educação (PNE). Agora, serão apenas seis para executar as metas que têm a ambição de mudar a face do setor público até 2020. Há causas ambiciosas: universalizar o acesso à educação em níveis iniciais, triplicar matrículas na educação profissional técnica, atingir 50% de jovens de 18 a 24 anos no Ensino Superior e – a mais crucial – elevar a qualidade. Dirigentes de entidades nacionais e gaúchas previnem, porém, que será preciso muita mobilização daqui para frente, para garantir que as 20 metas previstas na lei, sancionada em fim de junho pela presidente Dilma Rousseff, realmente virem realidade.

Ao mesmo tempo, a União terá de complementar as verbas para estados e municípios conseguirem dar conta dos novos parâmetros de qualidade. Até aí, somam-se conquistas, mas a situação muda quando se trata da destinação de recursos financeiros. E neste item há riscos, advertem também representantes das organizações ligadas a docentes e movimentos de defesa da educação pública. O mais temido é o que foi considerado a maior derrota na trajetória de discussão e aprovação do PNE: o acalentado orçamento de 10% do PIB a ser direcionado pelo governo à educação pública virou 10% do PIB bancados pelo setor público, mas para a educação. Abre-se a porta para que serviços privados possam suprir parte das metas do PNE.



O naco futuro é estimado em R\$ 400 bilhões (considerando o PIB de pouco mais de R\$ 4,1 bilhões em 2013), o dobro do que a União reserva ao segmento. Pela Lei 13.005/2014, seriam 7% nos primeiros cinco anos de PNE e 10% até 2020. Como o plano foi aprovado com atraso de quatro anos, espera-se que seja acelerado o prazo com as duas taxas. O tesoureiro do Proifes-Federação e membro do Fórum Nacional de Educação, Gil Vicente Reis de Figueiredo, deixa mais claro o que está em jogo: “O que foi garantido é que a soma dos dois (público e privado) deve chegar a 10%, o que a nosso ver favoreceu o segmento privado.”

Para o dirigente, o campo de disputa para assegurar

maior fatia à educação pública já está aberto e vai exigir mobilização e organização ainda maior das entidades, do que aquela ativada na luta pelos 10% do PIB exclusivamente na rede de educação pública. “A única garantia de que recursos serão colocados em educação pública será no Ensino Superior, que deve gerar 40% das novas vagas deste nível, e no Ensino Técnico, com fatia de 50% da expansão da oferta”, cita Figueiredo.

O dirigente do Proifes-Federação aponta que a universalização da educação infantil (quatro a cinco anos) e expansão para 50% das crianças de até três anos atendidas por creche, tudo até 2016, deverá ser o atrativo para o avanço privado. “Não sabemos como o governo permitirá que redes particulares recebam recursos públicos para atuar nesses setores, mas a brecha foi criada e perdemos bastante”, lamenta o representante do Proifes no Fórum Nacional de Educação. Para Figueiredo, o modelo deve ser definido em breve, e o assédio de bancadas e grupos corporativos deve ser grande no Congresso Nacional. “Por isso, teremos de estar organizados e cobrando.”

O aumento da cota privada para executar metas da educação, por meio do caixa público, foi previsto no artigo 4º da lei do PNE. Além do suprimimento da rede eminentemente pública, a legislação escancarou os demais destinos de dinheiro público para complementar o cumprimento das metas. Neste rol, estão recursos aplicados em programas de expansão da educação profissional e



Para Gil Vicente, do Proifes, o campo de disputa para assegurar maior fatia orçamentária à educação pública exigirá mobilização e organização ainda maior das entidades do setor



Vieira considera que a forma de distribuição dos recursos foi uma grande derrota dos movimentos sociais

superior na forma de incentivo e isenção fiscal, bolsas de estudos no Brasil e Exterior (Ciências Sem Fronteiras), subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil (como Fies) e de subsídios de creches, pré-escola e educação especial.

“É uma aberração contábil e jurídica prever que parcerias público-privadas podem ser reconhecidas como investimento em educação pública e mesmo financiamento”, reage o coordenador da Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública, Daniel Cara. O movimento foi um dos mais aguerridos na longa trajetória até a sanção presidencial do segundo PNE. Cara observa que há contradições no documento, que não seguiu em tudo o que a mobilização e propostas tiradas de conferências e até a negociação na Câmara dos Deputados haviam consagrado. No Senado, a maior parte dos avanços havia sido tosada e, após pressão e articulação com setores governistas mais alinhados com a escola pública, foi possível salvar boa parte do que havia sido negociado na Câmara. “Perdemos umas batalhas e vencemos outras”, define Figueiredo.

Já o coordenador da Campanha Nacional reforça que a meta 20 estipula a meta de, no mínimo, 7% do PIB em educação pública em cinco anos (que venceria em 2015) e 10% da riqueza gerada em 2020. “Isso soa como

demagogia, pois no artigo 4º abre-se a janela para dividir o montante entre público e privado, sem estipular qual é o limite de cada um”, denuncia Cara. O 1º vice-presidente da Adufrgs-Sindical, Lucio Olimpio de Carvalho Vieira, considera que a forma de distribuição dos recursos – dentro da almejada meta de chegar a 10% do PIB para educação pública – foi “uma grande derrota dos movimentos sociais”. Vieira define a composição que obteve a formulação na legislação como um amplo acordo nacional entre governo federal e o empresariado do setor da educação privada. “Isso é mais sério do que teria sido não conquistar os 10% exclusivamente para a educação pública”, adverte o dirigente da Adufrgs-Sindical. “Seria melhor conquistar 7% ou 8% do que a incerteza de quanto efetivamente vai para a área. E o governo quase que se desobriga e faz a opção de destinar à rede privada”, reage Vieira.

A redação para os recursos e como seriam aplicados foi alterada no Senado. A Câmara resguardou o que os movimentos defendiam. O 1º vice-presidente do sindicato docente compara o resultado, com maior permissividade a repasse a ramos privados, à proposta do voucher da educação, defendido por liberais. “A diferença é que aqui (PNE) não se dá o cheque para a família ir ao mercado. No Brasil, a pessoa não tem direito a escolher

onde vai ter sua educação”, critica Vieira. “Transformar-se, portanto, o que deveria ser um direito público em mercadoria.” Ainda para o dirigente da Adufrgs-Sindical, o governo brasileiro chancela a tendência de transferir atribuições ao setor privado, quando em grande parte dos países da América Latina e Europa a educação não é foco de disputa. “É permitida oferta privada, mas é prioridade do Estado”, contrasta Vieira.

Das metas ao caixa

O tempo é curto, e as 20 metas (que se desmembram em outras tantas) exigirão recursos imediatos e definição de ações nas três esferas. Há condições cruciais como carreira e equiparação de remuneração de professores da educação básica, implementação e sistema de avaliação. Vieira cita que um avanço que foi resgatado após a saída da proposta do Senado, é a complementação de verbas pela União a estados e municípios que não conseguem dar conta do Custo-Aluno Qualidade (CAQ). O PNE também trouxe a novidade do Custo-Aluno Qualidade inicial (CAQi). Os dois parâmetros, que constam na meta 20, dependem de requisitos para que se alcance a qualidade na formação. E de recursos. “Pode estar aí uma possibilidade de elevar o investimento público em educação pública”, observa o dirigente da Adufrgs-Sindical.

Mesmo nesses dois indicadores, que deverão ser monitorados e atualizados por organismos também previstos na lei (o Fórum Nacional de Educação representará as entidades e sociedade), será decisivo definir os componentes para recuperar o tempo perdido e reverter a baixa qualidade, assinala Vieira. O dirigente lembra que na educação profissional técnica, que tem como meta triplicar vagas e gerar 50% das novas vagas na rede de institutos federais e escolas públicas do setor, a luta será para atender 80% da nova oferta. No Ensino Superior, o plano é atingir 50% de jovens de 18 a 24 anos matriculados neste nível – hoje é pouco mais de 20%. Metade das matrículas novas terá de ser em instituições públicas.

O vice-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Rui Vicente Oppermann, concorda que o desafio é conseguir atingir as metas de financiamento e executar a previsão de expansão. Além de matrículas, o segmento de Nível Superior terá de ampliar a formação de mestres e doutores do País e de participantes em programa de pós-graduação (ver quadro das páginas 21 e 22). “O plano coloca para as universidades o papel de formar professores, desenvolver inovação e tecnologia”, observa o vice-reitor, que considerou o conjunto das metas e a sanção do PNE como indicativos de que o governo prioriza o ensino público. “A expansão de vagas

e a qualificação na formação dependerão do governo que estiver no poder”, condiciona Oppermann.

O coordenador da Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública, Daniel Cara, esclarece que a referência de orçamento para educação pública correspondente a 10% do PIB não é “chute”. “Não é um percentual aleatório. Essa conta foi calculada para atender às necessidades e cumprir as 20 metas, principalmente com qualidade.”

Para conseguir os 10%, houve uma queda de braço. O governo federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), queria 7%, e havia mais estudos com percentuais intermediários. A campanha propunha 10,38%. Estima-se que em 2014 os gastos com a rede pública alcancem 5,2% do PIB e que outros 1,1% sejam aplicados por meio do setor privado em ações de Pronatec, Fies e outros programas.

O tesoureiro do Proifes-Federação, Gil Vicente Reis de Figueiredo, adverte que o caixa e novas fontes para suprir minimamente as demandas que surgem não serão suficientes. “A presidente Dilma fala dos royalties do pré-sal, mas serão apenas 0,8 ponto percentual a mais na



Divulgação/Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública



O coordenador da Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública, Daniel Cara, diz que a referência de orçamento para educação pública correspondente a 10% do PIB não é um percentual aleatório

atual conta, portanto, chega-se a 7,1% do PIB. Faltarão 2,9 pontos percentuais”, calcula Figueiredo. As possíveis fontes são claramente descritas pelo representante do Proifes e incluem reativar a CPMF (imposto do cheque), tributar grandes fortunas, elevar a taxa sobre minérios extraídos do solo brasileiro, reduzir despesas com juros altos e fazer reforma tributária.

Começa a mobilização

A defesa desse rol de fontes deverá ganhar maior força daqui para frente, antecipa Figueiredo, lembrando que o ambiente de campanha eleitoral também deveria servir para mostrar quem está realmente engajado na pauta da educação pública. O governo acabou chamando a Conferência Nacional de Educação (Conae) para novembro, depois de adiar o encontro na largada do ano, previsto como instância de avaliação da execução de metas do PNE. Vieira, da Adufrgs-Sindical, não vê muito sentido na Conae, meses após a sanção do plano, que praticamente nada tem aplicado. “Mas se tivesse sido antes da eleição, a conferência chamaria a atenção para este debate”, cita Figueiredo. “O PNE está alijado do debate eleitoral, o que é estarrecedor”, lamenta Daniel Cara. “E os próximos presidente e gover-

nadores terão a responsabilidade de cumprir o plano.”

As entidades não devem esmorecer. Daniel Cara informa que o projeto De olho nos Planos começará a mobilizar setores em todo o País. O foco é acompanhar e participar da elaboração dos planos ou atualização dos existentes nos estados e municípios. O prazo é de um ano para que as propostas estejam prontas, e o tempo começou a correr desde 25 de junho, quando o PNE foi publicado no Diário Oficial da União. Além disso, as metas estipulam maior controle e transparência na divulgação de resultados, o que até hoje é reclamado dos governos federais. Em dois anos, deverá estar montado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb). Também será adotada a Lei de Responsabilidade Educacional, com prazo de um ano para ser aprovada.

No Rio Grande do Sul, as primeiras movimentações em torno do novo plano estadual começaram com reuniões de integrantes do Fórum Estadual da Educação. O diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Estado (Sinpro-RS), Cássio Filipe Galvão Bessa, informa que os encontros buscam organizar a pauta e sobre como será a elaboração do plano. Os municípios, previne Bessa, terão de fazer o mesmo. “Tem de seguir



Cássio Filipe Bessa vislumbra que a implementação das metas em estados e municípios e a construção do sistema nacional de educação gerem uma melhor definição do campo de atuação de todo o ensino no País

o que está no PNE. Não tem de inventar nada novo.”

Setor privado deve qualidade

A crítica sobre o fatiamento de verbas públicas é feita também por quem conhece bem como opera o setor privado de educação. O diretor do Sinpro-RS lembra que a categoria esteve na luta pelos 10% do PIB para a educação pública e projeta que o ramo particular, e muitos ligados a companhias de mercado com investidores estrangeiros, acabarão sugando parte dos recursos. O canal do Fies será um dos mecanismos. “Mas o grande desafio agora é fazer com que as metas sejam cumpridas. Muitas delas serão uma inovação”, observa Bessa, reforçando a expectativa dos demais dirigentes ouvidos.

O diretor do Sinpro-RS vislumbra que a implementação das metas em estados e municípios e a construção do sistema nacional de educação gerem uma melhor definição do campo de atuação até do ensino privado. “Não se separa educação pública da privada. É preciso ver o que o poder público não oferta para que o setor privado complemente. Eles não podem concorrer entre si”, assinala o dirigente do sindicato dos professores do ramo privado. Bessa ressalta que o sistema nacional é a solução e que a Constituição Federal já previa a sua criação, o que até hoje não havia ocorrido.

“O sistema é fundamental para orientar o PNE na efetivação das 20 metas”, acrescenta, lembrando que o Fórum Nacional de Educação (FNE) será um instrumento importante no monitoramento da execução. “O fórum fará o plano nos municípios e nos estados e acompanhará a aplicação das metas. Será a sociedade civil fiscalizando a aplicação”, explica Bessa. A preocupação sobre o prazo de ativação das disposições do PNE também po-

voa a direção do sindicato da categoria de professores do setor privado. Há muitas definições a serem feitas e nos itens mais cruciais, sinaliza Bessa. “O que vai ocorrer com prefeitos ou governadores que não cumprirem a Lei de Responsabilidade Educacional, ou seja, o mínimo previsto? Ficará por isso mesmo?”, indaga o dirigente gaúcho.

Enquanto os setores se mobilizam para tirar o plano nacional do papel, o diretor do Sinpro-RS lembra que o segmento também tem sua luta, que é de regulamentação da educação privada. “Hoje é uma mera mercadoria. O MEC credencia faculdades que passam a operar sem controle sobre qualidade”, exemplifica Bessa. Exemplos recentes de fusão de grupos econômicos, como Anhanguera e Króton, acenam para concentração e baixa qualidade.

Atualmente, tramita no Congresso Nacional a criação do Instituto Nacional de Supervisão da Educação Superior (Inses). A autarquia federal serviria para fazer supervisão e fiscalização e um dos alvos é a já denunciada maquiagem de dados, como número de mestres e doutores, que serve para atender exigências do MEC. Outras reivindicações dos professores da rede privada incluem piso e hora-atividade, pois hoje o único parâmetro é a hora-aula. Bessa aponta a formação de alunos no Pronatec (um dos destinos das verbas públicas), que explodiu nos últimos anos pelos braços do chamado sistema S – com Senai e Senac. Os recursos teriam passado de R\$ 200 milhões para R\$ 3 bilhões aplicados em cursos em todo o País. “Essas instituições não contratam professores, mas instrutores, que fazem tudo o que um professor faz, mas não têm reconhecimento dessa condição. E é dinheiro público pagando isso”, alerta o diretor do Sinpro-RS. 🗣️

GANHOS E PERDAS

Conheça mais detalhes do plano que dará os rumos à educação pública do País:

O que: Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em 25 de junho de 2014 pela presidente Dilma Rousseff. Tramitava desde 2010 no Congresso Nacional. Medidas a serem executadas até 2020.

Fonte de recursos: o investimento público em educação, previsto no artigo 214 da Constituição Federal, engloba recursos previstos no artigo 212 da CF (18% da receita de impostos da União e 25% de estados e municípios em ensino) e recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, bolsas de estudo no Brasil e Exterior, subsídios em programas de financiamento estudantil e financiamento de creches, pré-escola e educação especial.

Vigilância: a execução e cumprimento das metas serão alvo de monitoramento e avaliações que cabem ao MEC, às comissões de Educação da Câmara dos Deputados e do Senado, ao Conselho Nacional de Educação (CNE), e ao Fórum Nacional de Educação.

Avaliação: serão feitas ainda duas Conferências Nacionais de Educação (Conae) até 2020 para avaliar a execução do PNE. Existe a previsão da primeira para novembro de 2014.

Ações:

- Estados, Distrito Federal e municípios devem elaborar seus planos, em até um ano, ou adequar existentes às novas diretrizes do PNE.
- Será criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União e com colaboração de estados e municípios e servirá para medir a qualidade.

20 metas para executar em seis anos (até 2020):

- 1: Universalizar até 2016 a educação infantil na pré-escola para crianças de quatro a cinco anos e ampliar a oferta de educação infantil em creches para atender, no mínimo, 50% dos indivíduos de até três anos.
- 2: Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de seis a 14 anos e assegurar que 95% dos alunos concluam a etapa na idade recomendada até 2020.
- 3: Universalizar até 2016 o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas a 85%.
- 4: Universalizar o acesso à educação básica e atendimento especializado (de preferência na rede regular) à população de quatro a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o terceiro ano do Ensino Fundamental.
- 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas para atender 25% dos alunos.
- 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, e definir as médias a serem atingidas no Ideb. A meta define projeção de notas no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes).
- 8, 9 e 10: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, a taxa de alfabetização de 15 anos ou mais para 93,5% até 2015, e oferecer 25% das matrículas dos ensinos Fundamental e Médio para educação de jovens e adultos.
- 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando qualidade da oferta e, pelo menos, 50% da expansão no segmento público.
- 12: Elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% dos jovens de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.
- 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores no corpo docente para 75% do total, sendo 35% de doutores.
- 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu para atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.
- 15: Garantir em um ano de vigência do PNE política nacional de formação de profissionais da educação, com formação em nível superior em licenciatura.
- 16: Formar em pós-graduação 50% dos professores de educação básica até 2020, e assegurar educação continuada a todos os docentes do quadro.
- 17: Equiparar o rendimento médio dos professores da educação básica da rede pública com os demais profissionais com escolaridade equivalente, até o sexto ano do PNE.
- 18: Assegurar após dois anos do PNE a existência de carreira para profissionais da educação básica à superior pública.
- 19: Assegurar em até dois anos a gestão democrática da educação, com critérios de mérito e desempenho e consulta pública à comunidade escolar.
- 20: Ampliar o investimento público em educação pública para atingir, no mínimo, 7% do PIB, até o quinto ano de vigência do plano, e de 10% até 2020. A meta abrange ainda:
 - Implementar o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) e o Custo-Aluno Qualidade (CAQ), que será o parâmetro para financiamento da educação básica. O valor se baseará em cálculo considerando indicadores de gastos em qualificação, remuneração de pessoal, aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações, aquisição de equipamentos, material didático, alimentação e transporte.
 - União terá de complementar verbas para atender ao CAQi de estados e municípios que não conseguirem alcançar a meta.
 - Aprovar, em até um ano, a Lei de Responsabilidade Educacional, para assegurar padrão de qualidade na educação básica.

Fonte: Lei 13.005, de 25/6/2014 (PNE).

Dermatologia veterinária à flor da pele

Equipe da Ufrgs se dedica a tratar, diagnosticar e pesquisar doenças do gênero que se manifestam do pet ao animal silvestre

por Ana Esteves



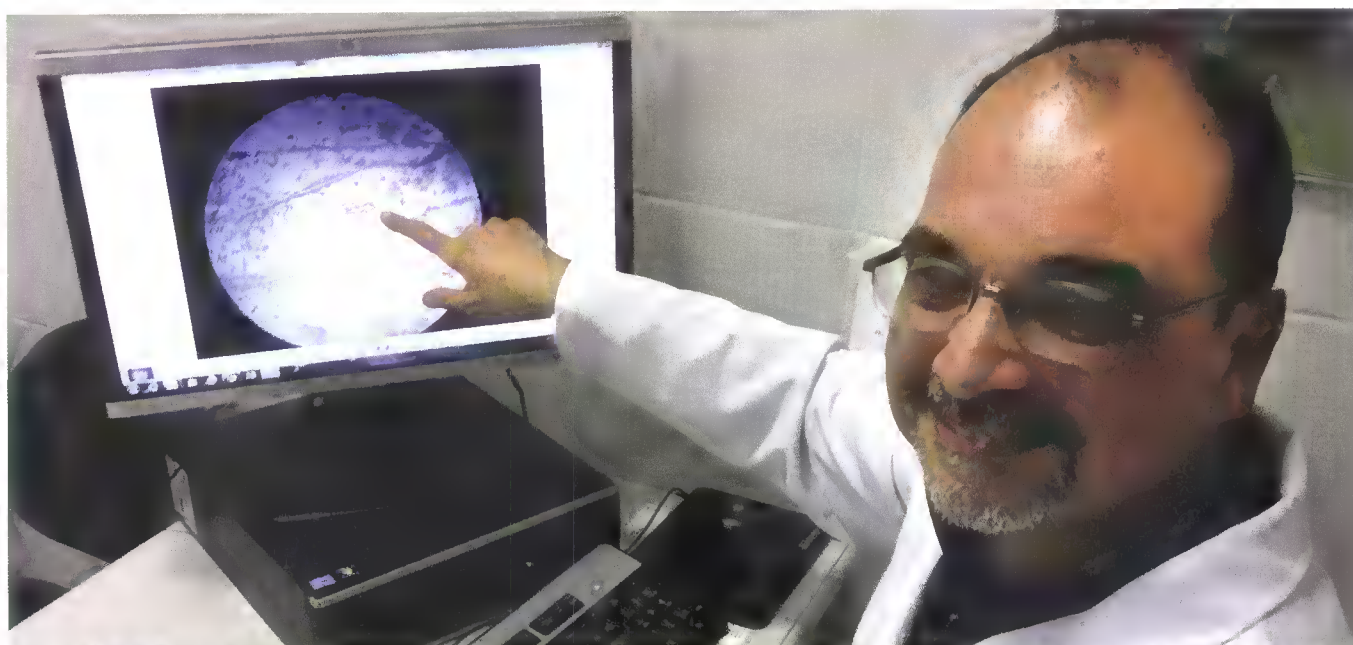
Doutores Daniel Gerardi e Mauro Machado (ao centro) estão à frente do programa de extensão que oferece tratamento veterinário especializado e desenvolve pesquisas na área dermatológica

As doenças de pele costumam estar entre as primeiras do ranking das enfermidades que mais afetam cães e gatos, e por isso são as que mais fazem os tutores de pets procurarem atendimento veterinário especializado. Ciente deste cenário, uma equipe de médicos veterinários do Hospital de Clínicas Veterinárias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (HCV/Ufrgs) criou o Dermatovet, um programa de extensão que oferece serviço especializado em dermatologia com foco no diagnóstico e tratamento dos animais e também no desenvolvimento de pesquisas na área.

O médico veterinário do Dermatovet e um de seus idealizadores, Mauro Machado, diz que o programa surgiu em 2006, a partir do Serviço de Dermatologia já existente no HCV, há mais de uma década. "A proposta visou uma maior integração dos serviços de extensão do Hospital Veterinário da Ufrgs prestados à população, com os alunos de graduação, pós-graduação, residentes e ve-

terinários convidados, integrando, de uma forma mais intensa a Extensão, o Ensino e a Pesquisa", comenta Machado. Segundo ele, o Dermatovet foi concebido a partir de uma parceria que fez com o médico veterinário Rafael Rodrigues Ferreira, na época, aluno de pós-graduação da Faculdade de Veterinária da Universidade e que também prestava atendimento no Serviço de Dermatologia.

Machado, que coordenou o setor de 2006 até 2011, afirma que o trabalho oferecido pelo Dermatovet é de apoio clínico dermatológico para cães e gatos, e também, eventualmente, para animais de outras espécies, como silvestres. O serviço pode realizar uma série de exames diagnósticos básicos no momento da consulta, como Exame Parasitológico de Pele (EPP), Tricograma (realizado a partir de amostras de pelo dos pacientes), além de exames citológicos (para avaliar a presença de células inflamatórias, presença de fungos, ocorrência de processos neoplásicos, etc.), exame parasitológico



O médico veterinário Mauro Machado destaca que alguns trabalhos científicos publicados já apontam para o fenômeno chamado "teoria da higiene", na qual o excesso de cuidados podem contribuir para deixar o sistema imunológico dos animais mais sensível aos ácaros e demais materiais biológicos encontrados na poeira doméstica

do cerúmen (secreção presente no ouvido dos animais), citologia do cerúmen, otoscopia e exame com a Lâmpada de Wood, que identifica a presença de fungos no pelo. "Além disso, o Dermatovet também coleta material para outros exames laboratoriais, como hemogramas e padrões bioquímicos, e encaminha para a realização de biopsias de pele quanto necessário", diz Machado.

O atual coordenador do Dermatovet, médico veterinário Daniel Gerardi, afirma que as dermatites de origem alérgica são as mais frequentes na rotina do serviço. "As dermatites alérgicas, como a dermatite atópica, estão cada dia mais comuns na clínica. A razão para isto é com certeza multifatorial e algumas hipóteses para o seu desenvolvimento ainda necessitam de esclarecimentos. Dentre essas várias hipóteses, estão incluídas a predisposição genética, observada principalmente em algumas raças como o Labrador e Golden Retriever, Shih-tzu, Lhasa Apso, Shar-pei, entre outras." Segundo o especialista, estes cães apresentam defeitos na barreira cutânea, propensão à infecção e uma resposta exagerada a alérgenos ambientais, como os ácaros da poeira doméstica.

Sobre fatores que podem desencadear a dermatite atópica, Machado acrescenta que o assunto ainda é controverso no meio científico, uma vez que além das alterações de habitat e manejo dos animais de companhia também houve mudanças e muita evolução em termos de conhecimento e da capacidade de realizar exames para diagnóstico de alterações genéticas. "Acredita-se, de uma maneira geral, que tanto o apuramento genético

com o desenvolvimento das raças, associados à maneira contemporânea que os animais são manejados - confinamento em apartamentos - excesso de banhos com variados produtos químicos, alimentação industrial, excesso de vacinação e desvermifugação - podem ter contribuído para a maior casuística de problemas dermatológicos de origem alérgica em cães e gatos."

Segundo Machado, alguns trabalhos científicos publicados já apontam para esse fenômeno, inclusive para o que se chama de "teoria da higiene", na qual o excesso de cuidados neste sentido, de uma maneira geral, poderia contribuir para deixar o sistema imunológico mais sensível a alérgenos que não contribuíam muito para os problemas dermatológicos em cães e gatos, como ácaros de vida livre, fungos e polens, e demais materiais biológicos encontrados na poeira doméstica. Gerardi acrescenta que, além das dermatites de origem alérgica, o Dermatovet também recebe, com muita frequência, pacientes com otites, piodermites e doenças parasitárias.

Além do foco no diagnóstico e tratamento dos pacientes, o Dermatovet também trabalha voltado para a educação continuada em dermatologia veterinária, "especialidade cujas enfermidades constituem a maioria dos motivos de atendimento nas clínicas veterinárias", diz Gerardi. Atualmente, o serviço desenvolve uma linha de pesquisa em associação com um projeto de extensão que se concentra no estudo da Demodicose Canina. "Existem dois projetos de pesquisa com essa doença que visam avaliar fatores predisponentes e o tratamento da mesma". Para desenvolver suas atividades, o Dermatovet


conta, atualmente, com a participação de um professor coordenador, um técnico médico veterinário, uma médica veterinária especializada em comportamento canino e felino, uma mestrande, alunos de iniciação científica, dois alunos bolsistas de extensão e uma média de 10 a 15 estagiários.

Sinais de alerta

Sobre as recomendações para que tutores identifiquem o quanto antes os problemas dermatológicos em seus pets, o médico veterinário Mauro Machado afirma que “a pele (e nos animais também os pelos), de uma forma poética, é o espelho da alma, portanto alterações da pele e pelo dos animais indicam que algo não está bem”. Segundo ele, os sintomas mais percebidos pelos tutores são o prurido (coceira) e a alopecia (falta de pelos). Machado recomenda que os animais sejam rotineiramente examinados pelos tutores para a observação de prurido excessivo e alteração na pele e pelame, como queda de pelo excessivo, eritema (vermelhão) e ferimentos. Também se devem observar as orelhas com alguma frequência, porque problemas otológicos são muito comuns, associados ou não com problemas dermatológicos.

O coordenador do Dermatovet, Daniel Gerardi, explica que qualquer doença sistêmica pode causar alterações na pele, levando à queda de pelo excessiva, pelo ressecado, sem brilho e com aparência descuidada. Algumas doenças endócrinas sistêmicas, como o hipotireoidismo

mo e o hiperadrenocorticismo, podem causar queda de pelo, descamação, otites e pigmentação da pele. Além das doenças hormonais, as autoimunes, como o lúpus eritematoso sistêmico; e as infecciosas, como a cinomose, podem provocar manifestações cutâneas. Gerardi acrescenta que os tutores também devem ficar atentos à ocorrência de tumores de pele, e, caso suspeitem de alguma alteração neoplásica, devem procurar o mais breve possível orientação veterinária.

Sobre os ectoparasitas (que se alojam externamente no corpo do animal), os veterinários citam as pulgas como as mais comumente encontradas, além dos carrapatos e dos ácaros (cujas denominações são: *Demodex sp*, *Sarcoptes scabiei*, *Notoedres cati*, *Otodectes cynotis*). 

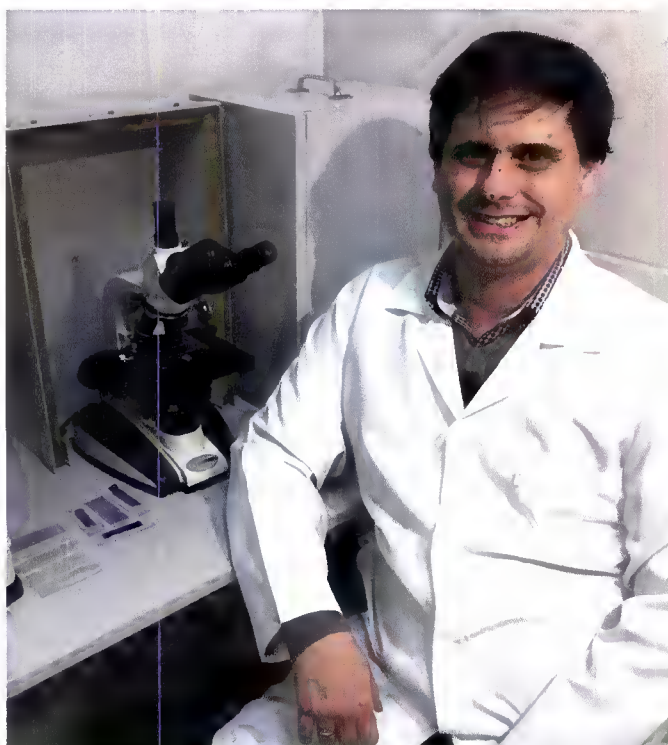
Afecções de pele mais comuns em pets:

- **Dermatite atópica canina:** é caracterizada primariamente por coceira, inflamação da pele e auto-traumatismo em locais como: ao redor dos olhos, boca, região genital, orelha, axila e virilha. São comuns infecções secundárias e não é possível ser curada e sim, controlada. O diagnóstico se baseia na exclusão de outras causas de coceira e de alergia.

- **Dermatite alérgica à picada de pulga:** é caracterizada por uma reação alérgica a proteínas presentes na saliva da pulga. Causa coceira intensa principalmente na região lombossacra dorsal (região dos quadris até metade das costas) nos cães e gatos e também na cabeça e pescoço dos felinos. Pode haver contaminação bacteriana secundária e o diagnóstico se baseia na comprovação do parasita e nos sinais clínicos e localização da coceira.

- **Demodicose (Sarna Demodécica):** é causada por ácaros que vivem normalmente nos folículos pilosos dos cães, mas que por defeitos na imunidade, começam a se reproduzir em excesso causando inflamação do folículo. O diagnóstico é feito por meio de um exame simples e rápido que é o raspado parasitológico cutâneo.

- **Otites:** os cães e gatos com otites podem manifestar dor, cheiro alterado, excesso de secreção ou cerúmen e balançar de cabeça. As causas são variadas e o diagnóstico é feito por meio de exame otoscópico, citologia e exame parasitológico do cerúmen e pesquisa de associação com doenças sistêmicas ou de pele.



Gerardi diz que algumas raças de cães apresentam defeitos na barreira cutânea, o que causa infecções e alergias

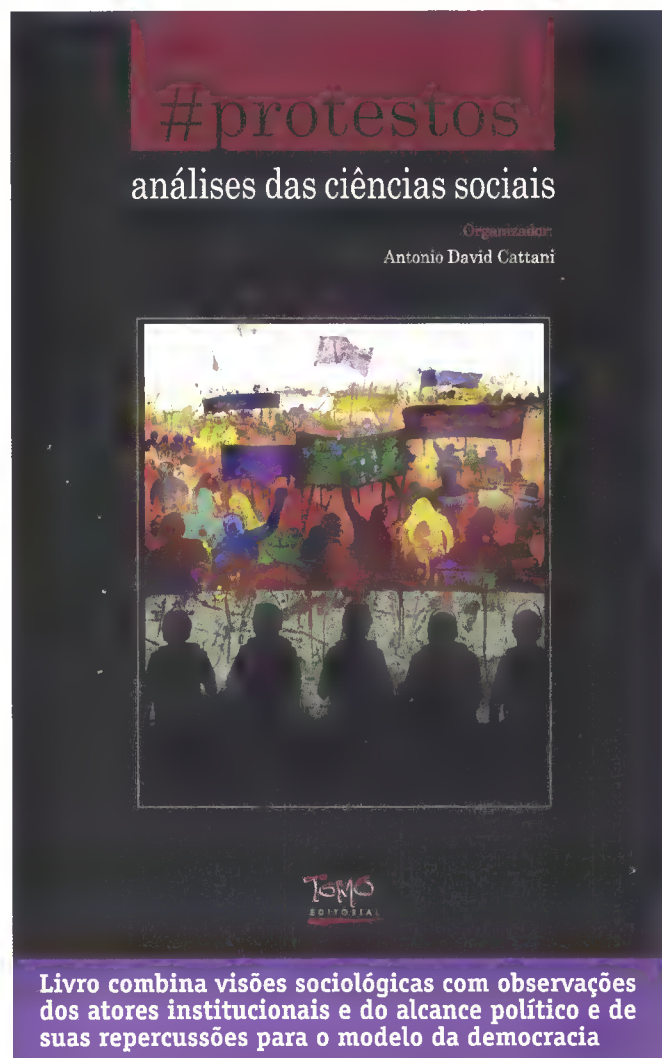
Protestos, um ano depois. E agora?

por Patrícia Comunello

Na apresentação, o organizador do livro #protestos – Análise das Ciências Sociais, o professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Antonio David Cattani, lembra do poema Enjoadinho, de Vinicius de Moraes. “Protestos... protestos? Melhor não tê-los! Mas se não os temos, como sabê-los?...” O Brasil teve, e muitas, manifestações que geraram engajamento, estupefação, revolta e questionamentos durante e após o mês de junho de 2013. Passados mais de 12 meses, Cattani e outros dez autores – seis deles colegas da Sociologia, Antropologia e Ciência Política da Ufrgs – aceitaram o desafio de emergir daqueles eventos e traçar suas interpretações e mais questionamentos. Algo que espera-se de pesquisadores. E assim #protestos foi lançado e pode ser rapidamente sorvido. Cattani também figura no elenco com um artigo que enlaça o mainstream econômico e como as visões conservadoras e neoliberais rapidamente tentaram enquadrar e se isentar dos elementos que acenderam o pavio da pólvora nas ruas.

O livro é da Tomo Editorial, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Ufrgs, o sétimo volume da série Sociologia das Conflitualidades. Os artigos são rápidos, em linguagem que mesmo os pouco familiarizados com a teoria da ciência social conseguem navegar. “Este livro busca contribuir para um melhor entendimento da recente efervescência social urbana”, decifra o organizador na página que introduz os oito textos, a cronologia das manifestações e uma nota pública do Bloco de Lutas pelo Transporte, um dos articuladores locais das manifestações e que tem entre os membros muitos estudantes de Ciências Sociais da federal. A virtude da publicação é combinar visões sociológicas, observações atentas dos atores institucionais e sociais (como os jovens), o alcance político e suas repercussões para o modelo de democracia, bem como o potencial de mudança, a configuração das manifestações desde o começo dos anos de 2000 e suas influências nos novos protestos. O livro ainda coloca em xeque as referências morais vigentes.

Docente da Sociologia da Ufrgs, Marcelo Kunrath Silva abre o roteiro com o provocativo #vempruarua e demonstra ser um espectador atento da ebulição recente, plu-



gada no mundo online. Kunrath analisa a influência das tecnologias de informação e comunicação (Tics), especificamente de redes sociais, como Facebook, no contágio da mobilização. “O aspecto que distingue o atual ciclo de protestos da dinâmica contestatória tradicional é o fato de que organizações e movimentos sociais dividiram a cena pública com uma população que tinha nas redes sociais sua estrutura básica de mobilização”, observa um dos autores. Essa reflexão ganha relevância ante o refluxo “quase total” do público por meio da internet a partir de julho de 2013. O especialista em movimentos sociais enxerga potencialidade nas Tics para alimentar processos nas ruas. “A lógica de produção individualizada e o



Marcelo Kunrath analisa a influência das redes sociais, como Facebook, no contágio da mobilização

compartilhamento de conteúdos inerente às tecnologias permite, ao mesmo tempo, a expressão personalizada e a difusão instantânea”, descreve o professor, creditando ao meio digital mudanças qualitativas nos processos de mobilização contestatória.

Já o professor de Antropologia da Ufrgs, Arlei Sander Damo, descreve as jornadas como multifacetadas e polifônicas e afirma que as mesmas atraíram “grupos com interesses distintos e até contraditórios”. Damo estabelece a relação entre protestos e a Copa, evento que coloca no centro o sentimento de nação – efeméride protagonizada a cada quatro anos – “e depois restabelece o curso normal da vida”, o que poderia sugerir acomodação. Mas o docente da Antropologia vislumbra que as jornadas de junho provocaram o repovoamento das ruas e a redescoberta da vivacidade da política. “Consolidaram ainda, um processo democrático que se quer avançar, jamais recrudescer”, propõe Damo. O cientista político e do quadro da Ciência Política da Ufrgs, André Marengo, busca estabelecer conexões entre as manifestações, seu contágio e as pautas que ambos potencializaram. Nesse contexto, Marengo recorda mobilizações históricas como o maio de 1968 na França, as Diretas Já e Os Caras-Pintados, e assinala o grau do potencial de gerar mudanças. “Maior a intensidade da participação, menor a extensão temporal ou territorial destes eventos sociais, que acabam por constituir evento efêmero”, observa Marengo, que flagra em 2013 condições de efervescência nas ruas.

A analista do CNPq Adriana Coelho Saraiva, com formação e atuação na Universidade Federal de Brasília (UNB), detalhou as origens dos movimentos sociais que estiveram na linha de frente dos protestos e como foram compondo suas pautas, desde as questões econômico-sociais a temas de gastos com a Copa. Adriana detecta movimentos novos no mundo e no País e velhas teorias e práticas anarquistas, marxistas heterodoxas, contraculturais e autônomas em campo. Para a analista do CNPq, os movimentos mostram grande criatividade, “cuja inteligência muitas vezes escapa à sociedade em geral e aos intelectuais em particular, que seguem a reboque das inovações”.

A dupla Alex Niche Teixeira e José Vicente Tavares dos Santos, ambos docentes da Sociologia da Ufrgs, considera que os jovens foram atores hegemônicos nos protestos e que há diferenças em relação a eventos como o Maio de 68, Diretas Já e o Fora Collor. Para construir a análise, Niche e Tavares mergulham nos atores sociais e instituições das jornadas, dos jovens a depredadores e saqueadores, polícia, meios de comunicação, setores públicos convencionais e universidade. Os sociólogos identificam a descrença dos jovens com partidos políticos, mas previnem que eles terão de integrar a disputa política. “Vivemos outro tipo de participação social, entre pessoas cujos laços políticos são muito débeis, um sinal de que há um estado de indignação social latente, fruto da exclusão do mundo da cidadania”, interpreta a dupla.




Raquel Weiss avalia que as manifestações podem embasar mudanças mais profundas, mas pondera que isso ainda pode levar algum tempo

As tensões e contradições do contexto em que emergem os protestos em 2013 são enfatizadas pelos doutorandos da Sociologia da Ufrgs, Vítor Eduardo Alessandri Ribeiro e Mariana Chies Santiago Santos, mas também pela socióloga Rochele Fellini Fachinetto, docente na Universidade. O trio afirma que “há uma ressignificação da rua, não como espaço do medo, mas como local de abertura democrática e legítima de múltiplas e novas vozes” e refuta que atos de violência acabem por usurpar “as vozes”. “As experiências vivenciadas representam um reforço à prática democrática e serão lembradas ainda por muito tempo”, apostam os autores.

Raquel Weiss, da Sociologia da Ufrgs, enquadra os movimentos na Sociologia da Moral e busca semelhanças com outros fluxos que tomaram as ruas na última década. “Desponta um ideal de autonomia como um valor importante. As reivindicações buscam instaurar a democracia em contextos em que esse regime ainda não existe, ou ampliar e aprofundar seu significado”, cita a socióloga. Raquel analisa os elementos da eferescência coletiva (processo que poderia gerar ambiente de mudança e transformação) que ocorre em momentos de grande concentração de indivíduos. Após um ano, a autora de *As Manifestações sob a Ótica da Sociologia da Moral* avalia que os episódios podem embasar mudanças mais profundas, mas afirma que levam tempo e esforço.

“Não se trata apenas de conter o aumento de passagens ou alterar leis, mas de atingir estruturas institucionais e culturais”, traduz Raquel.

No fechamento da publicação, é possível se atualizar sobre a cronologia dos protestos, com as primeiras manifestações registradas em 2003 e a sequência visceral de fim de maio a julho de 2013. O Bloco de Lutas pelo Transporte 100% Público, que tem suas origens em Porto Alegre, é formado por organizações, coletivos e indivíduos e desencadeou a mobilização local a partir da pauta contra o aumento da passagem de ônibus urbano. O movimento ganhou espaço no livro e tem reproduzido a nota divulgada em 23 de agosto de 2013, com a visão sobre a conjuntura dos protestos e a instalação da CPI sobre a ocupação da Câmara de Vereadores da Capital, entre 10 e 17 de julho do ano passado, que contou com a participação de integrantes do Bloco. 

#protestos - Análises das Ciências Sociais

Autores e seus artigos:

- **#vempraruá: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?** - Marcelo Kunrath Silva (docente da Sociologia da Ufrgs)
- **A Copa das Manifestações** - Arlei Sander Damo (docente da Antropologia da Ufrgs)
- **As duas causas de Gauss: minorias, protesto e representação política** - André Marengo (docente da Ciência Política da Ufrgs)
- **Movimento Passe Livre e Black Blocs: quem são os novos atores que emergiram dos protestos de 2013** - Adriana Coelho Saraiva (analista de ciência e tecnologia do CNPq)
- **O significado dos protestos urbanos segundo o mainstream econômico** - Antonio David Cattani (docente da Sociologia da Ufrgs)
- **Atores sociais jovens nos protestos de 2013** - Jose Vicente Tavares dos Santos e Alex Niche Teixeira (docentes da Sociologia da Ufrgs)
- **Junho de 2013 e a retomada das ruas; conflitualidades e alguns desdobramentos legais pós-manifestações** - Mariana Chies Santiago Santos (doutoranda em Sociologia da Ufrgs), Rochele Fellini Fachinetto (docente da Sociologia da Ufrgs) e Vítor Eduardo Alessandri Ribeiro (doutorando da Sociologia da Ufrgs)
- **As manifestações sob a ótica da sociologia da moral** - Raquel Weiss (docente da Sociologia da Ufrgs)

O dano moral é a negação da democracia no ambiente de trabalho

Milton Bozano Fagundes, advogado

O assédio moral no ambiente de trabalho é atitude ilegal praticada, via de regra, por superior hierárquico. Felizmente, no avanço civilizatório que ora vivenciamos, o direito tem se encarregado de tipificá-lo e de apresentá-lo claramente como ato socialmente reprovável. Para se abordar este tema de um modo mais palpável, analisemos juridicamente a seguinte situação hipotética:

“Alguns professores ainda em estágio probatório são sobrecarregados de compromissos docentes e administrativos, e, frequentemente, ‘alertados’ pela ‘chefia’ no momento em que lhe são repassadas mais e mais atribuições: cuidado! sabes que tua atitude pode te trazer consequências.”

Este ‘alerta’, em verdade, consiste em uma nada sutil forma de pressão (assédio sobre a personalidade da vítima) visando uma finalidade organizacional que é o incremento da produtividade. Neste caso o assediador pretende ver seu objetivo atingido por meio da intimidação e da coação. Estes “instrumentos de persuasão” (que atingem o medo alheio) conduzem a vítima a praticar atos que não condizem com o seu senso de razão e de lógica; mas mesmo assim os pratica, ocasionando efeitos nefastos a seu equilíbrio emocional e sua dignidade.

Uma das definições mais usuais sobre o que seja o assédio moral, trata de caracterizar tal ato como sendo “a degradação deliberada das condições de trabalho em que prevalecem atitudes e condutas negativas dos chefes em relação a seus subordinados, constituindo uma experiência subjetiva que acarreta prejuízos práticos e emocionais para o trabalhador e a organização.”

O primeiro país a normatizar e coibir o assédio moral no ambiente de trabalho foi a França, em 2002, por meio da Lei de Modernização Social, que introduziu ao seu Código do Trabalho o seguinte regramento: “art. 122-49 - Nenhum assalariado deve sofrer práticas repetidas de assédio moral que tenham por objeto ou efeito uma degradação das condições de trabalho susceptível de atingir os direitos e a sua dignidade, alterar sua saúde física ou mental ou de comprometer seu futuro profissional...”

Mesmo ainda não existindo nenhuma Lei no Brasil que trate especificamente do assédio moral no ambiente de trabalho, os nossos Tribunais já julgam, e condenam, atos de assediadores, com base no artigo 186 do Código Civil, que trata do dano moral, assim regulado: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direi-

to e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

Com base nesta regra do art. 186, o Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul tem julgado muitos casos de assédio moral, a exemplo do acórdão cuja síntese é abaixo transcrita, assim redigida: “Assédio Moral. Hipótese em que restaram comprovados fatos que configuram assédio moral vertical e horizontal sofrido pela reclamante. Caracterizados o ato ilícito e a responsabilidade civil do empregador, em razão da omissão em coibir o comportamento abusivo dos seus empregados ou prepostos, nos termos do art. 186 do Código Civil. O assédio moral, segundo narra a petição inicial, teria decorrido da pressão psicológica sofrida, mediante ameaças tais como: “não reclama, tua batata está assando” e “não pode ficar doente, lugar de doente é no hospital...aqui é para trabalhar”. Além disso era tratada com “gritos, ironias, exclusão” por prepostos do réu. João Paulo, a ameaçava de despedida por justa causa, gerando insegurança e medo, em razão do que ficou doente, com fobia social e síndrome do pânico, tendo que se submeter a tratamento médico... (Processo 0000997-32.2010.5.04.0022 RO)”.

Com o objetivo de regular no Brasil o assédio moral no ambiente de trabalho, existem muitos projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, sendo que dois deles caracterizam esta pressão que afeta a dignidade dos trabalhadores (PL nº 4.742/2001 e PL 5.971/2001) como crime passível de detenção de 1 a 2 anos. Outro projeto de lei com a mesma finalidade, o PL 4501/2001, trata de penalizações aos servidores públicos que praticarem assédio moral contra seus subordinados. Este PL cria o artigo 117A na Lei nº 8.212, com o seguinte conteúdo: “É proibido aos servidores públicos praticarem Assédio Moral contra seus subordinados, estando estes sujeitos às seguintes penalidades disciplinares: I – advertência; II – suspensão; III – destituição do cargo ou comissão; IV – destituição de função comissionada; V – demissão.”

Por fim, vale lembrar que o assédio moral é tão antigo quanto a existência da exploração do trabalho alheio. O que vem ocorrendo ultimamente no mundo em relação a ele é apenas a sua tipificação jurídica como ato condenável. Esta condenação social ao assédio moral se justifica pelo simples fato de ele se constituir numa absurda negação da democracia no ambiente de trabalho. Afinal, se espera que relações saudáveis existam em todos os lugares. Inclusive no ambiente de trabalho.

Docentes apontam problemas resultantes da Copa do Mundo no País

Falta de políticas relacionadas ao esporte e atropelo de mecanismos democráticos para execução de obras foram alguns dos pontos fracos do Mundial

por Araldo Neto



Caminho do Gol deve ser mantido nos jogos de futebol em Porto Alegre

Vinte e dois gols em cinco partidas empolgantes e uma média de 43 mil torcedores por jogo. Não há dúvida que dentro de campo a Copa do Mundo em Porto Alegre foi um sucesso. Mas passado o evento, a capital gaúcha e o Brasil têm o que comemorar? Quais os legados que ficam para a cidade? Na avaliação de docentes do ensino superior federal no Estado, o megaevento vai deixar como legado a sensação de que muitas coisas poderiam ser feitas de maneira diferente, a exemplo do desempenho da seleção brasileira nesta edição do Mundial.

Na opinião do professor do Departamento de Geografia da Ufrgs, Paulo Roberto Rodrigues Soares, o balanço da Copa do Mundo no Brasil não é muito positivo. Ele considera que o campeonato deixou como legado negativo um atropelo dos mecanismos democráticos, uma vez que o País precisou se enquadrar nas normas da Fifa para sua realização. Soares cita como exemplo as legislações de exceção criadas para facilitar os negócios de um megaevento, como a Copa do Mundo. O professor salienta que estes acontecimentos surgem no meio de ciclos, que



visam um reordenamento das cidades. “A Copa veio para acelerar esse processo e, ao mesmo tempo, encaixar a reestruturação imobiliária e urbana, com a necessidade dessas obras todas que foram colocadas”, ilustra. Pesquisador do Observatório das Metrópoles, Soares participou, em 2012, de um seminário nacional que abordou os impactos da Copa do Mundo e das Olimpíadas nas metrópoles brasileiras.

Como exemplo da nova radiografia da cidade criada com as obras do Mundial, o docente do Departamento

de Geografia cita a duplicação da Avenida Tronco, na Zona Sul de Porto Alegre. “Ali vão alavancar novos negócios, vai surgir uma nova frente de valorização imobiliária daquele entorno”, aponta. Os empreendimentos da construtora OAS, na região da Arena do Grêmio, também são apontados por Soares como obras do setor imobiliário que se beneficiaram com a legislação especial criada para a Copa. “Quando as alterações em corredores de ônibus e viadutos ficarem prontas, deverão facilitar a mobilidade, levando em conta a situação atual que nos encontramos. A Copa foi utilizada para isso, como um acelerador para projetos e obras que estavam travadas, que puderam ser realizados com mais rapidez”, afirma.

Em termos de mobilidade urbana, o evento futebolístico deixou como legado para a Capital obras como a duplicação da Avenida Beira-Rio e os viadutos da Pinheiro Borda e da Avenida Julio de Castilhos, que desafogaram o trânsito na zona Sul e região Central da cidade. Em contrapartida, muitas obras que haviam sido prometidas para a Copa do Mundo não foram concluídas, como a já citada duplicação da Avenida Tronco e a da rua Voluntários da Pátria, e ainda os corredores dos BRTs das avenidas João Pessoa, Protásio Alves e Bento Gonçalves.

Massa de estrangeiros

De acordo com pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo, 95% dos visitantes internacionais que estiveram no Brasil durante a Copa do Mundo têm intenção de retornar ao País. Para 83% deles, a experiência durante o Mundial superou ou atendeu plenamente as expectativas. O legado turístico deixado pela Copa, no entanto, não deve se refletir em Porto Alegre. “A capital gaúcha tem dificuldade para se encaixar como destino turístico no País, pois foge da imagem que o Brasil tem de clima tropical e praias”, destaca o professor de Geografia da Ufrgs, Paulo Soares.

De acordo com a estimativa do governo do Estado, cerca de 350 mil turistas, sendo 160 mil estrangeiros, passaram por Porto Alegre no período em que ocorreram os cinco jogos sediados pela Capital durante o evento. Com a “invasão” internacional, a Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul estima que o gasto médio de cada visitante tenha sido de R\$ 3 mil, sem contar os valores referentes ao transporte, o que representaria um total de R\$ 1 bilhão. No entanto, na avaliação do professor de economia da Ufrgs, Giacomino Balbinotto, o valor representa um efeito muito pequeno na economia gaúcha como um todo. Para ele, o evento gerou um fenômeno multiplicador, principalmente na prestação de serviços em áreas como bares, restaurantes, transporte e hotelaria. “Devido à pequena duração, o reflexo na economia





Paulo Soares ilustra que o evento veio para acelerar o processo de reordenamento das cidades, citando como exemplo as obras encaminhadas no período

foi bastante baixo e bem pontual. Não fica como um legado permanente. Foi um momento transitório que não deixará consequências sobre a economia, não vai alterar o consumo e o investimento”, acrescenta.

Durante a Copa do Mundo, a rede hoteleira de Porto Alegre registrou ocupação média de 80%. Já o comércio de serviços teve um acréscimo de 50% da demanda no decorrer do Mundial, quando comparado a outros períodos do ano. Os serviços relacionados ao turismo (guias, transportes e produtos) registraram aumento de 40% na capital gaúcha. Em contrapartida, o setor do comércio varejista registrou queda de 26% em dias de jogos do Brasil na Copa do Mundo, ante o mesmo período de 2013. Levantamento do Sindilojas-Porto Alegre mostra que o faturamento diminuiu no torneio para 84% dos estabelecimentos. Ao considerar apenas as partidas realizadas na Capital, 73% dos empresários entrevistados reportaram redução média de 20% nas vendas, também na comparação com o ano passado.

Gestão ultrapassada

O desempenho da seleção brasileira talvez seja o pior legado da Copa do Mundo realizada no Brasil. O sonho do hexa virou pesadelo com o massacre imposto pela Alemanha na semifinal. Depois do histórico revés, a mí-

dia esportiva destaca a necessidade de reformulação da gestão do futebol brasileiro. Na visão do Diretor da Escola de Educação Física (Esef) da Ufrgs, professor Alberto Reinaldo Reppold Filho, o resultado negativo, de certa forma foi importante para não mascarar uma estrutura de gestão que, segundo ele, está completamente ultrapassada. “Se esperava que a Copa no Brasil trouxesse um choque para o futebol brasileiro neste sentido. O nosso futebol continua, sob o ponto de vista da gestão, um modelo completamente obsoleto. Isso acaba repercutindo nas competições, desde o campeonato brasileiro até os jogos estaduais. Esse choque que se esperava, que poderia ir desde a base dos clubes menores do Interior até os grandes clubes e confederações, isso, efetivamente, não aconteceu”, opina o diretor da Esef.

Mas os belos estádios construídos para a Copa do Mundo melhoraram as condições para os torcedores assistirem aos jogos de clubes no Brasil. Instalações mais confortáveis e melhores acessos aos estádios são legados positivos deixados pelo megaevento. Reppold Filho lembra que isso permite que mulheres e famílias inteiras, que normalmente não iam a um estádio, possam fazer uso dessas instalações. “Para o esporte como entretenimento, e para o funcionamento da economia relacionada ao esporte, isso obviamente trouxe uma grande contribuição”, reconhece o gestor da Esef. O valor dos ingressos para as novas arenas, porém, afasta os mais pobres dos jogos. O professor salienta que o grande desafio pós-Copa do Mundo será a solução que a gestão dos estádios apresentará para incluir as camadas mais pobres da população nos jogos.

Como legado negativo, Reppold Filho critica a falta de políticas governamentais para aproveitar o megaevento esportivo como uma forma de estimular a prática do esporte no País. Para ele, um acontecimento deste porte deveria trazer melhorias das condições de trabalho dos professores que desenvolvem o esporte nas escolas. “Um evento como esse precisa servir nessa perspectiva. No entanto, a Copa no Brasil não trouxe absolutamente nada com relação a isso. Este é um aspecto muito negativo”, dispara.

Já o conhecimento adquirido com a organização do Mundial é apontado pelo professor como um legado positivo. Para Reppold Filho, a comunidade acadêmica brasileira, de uma forma geral, passou a ter uma compreensão muito mais profunda do que significa um megaevento após a realização da Copa do Mundo no País. Segundo ele, as mazelas trazidas com o acontecimento futebolístico foram mais exploradas do que os próprios benefícios, quadro que pode se modificar nos jogos olímpicos que, em 2016, serão disputados no Rio de Janeiro. 📌

Aceleração da promoção durante o estágio probatório deverá ser cobrada em juízo

Francis Campos Bordas, assessor jurídico da Adufrgs-Sindical

Ao ser editada a Lei 12.772/12, foi incluída uma vedação à possibilidade de aceleração da promoção por obtenção de título de pós-graduação: aguardar o fim do estágio probatório. Por exemplo: o professor do Magistério Superior que ingressou na classe A (Adjunto-A) depois desta lei, mesmo que detentor de doutorado, deverá aguardar os três anos de estágio probatório para poder passar para a classe C (Adjunto). O mesmo ocorre com os professores do EBTT para acederem à classe D III.

Os artigos 13 e 15 da Lei 12.772 preveem uma exceção à regra que exige o fim do estágio probatório: aos servidores ocupantes de cargos do Magistério Superior ou do EBTT em 1º de março de 2013 (início da vigência desta lei).

É muito frequente no Ensino Superior a migração de professores de uma universidade federal para outra, muitas vezes por redistribuição, ou permuta, mas, sobretudo, por novos concursos públicos.

A Adufrgs-Sindical desde o ano passado tem sido procurada por profissionais que são novos na Ufrgs ou na Ufcsa, mas que já integravam a carreira docente em outra universidade. Assim, diversos professores que já eram da classe Adjunto fizeram novos concursos e foram empossados como Adjunto-A no “novo cargo”. Pediram a aceleração de promoção, a qual foi negada ao argumento de que a dispensa da conclusão do estágio probatório é aplicável apenas para o professor que tomou posse no “mesmo cargo” onde está atualmente pedindo a aceleração. De acordo com este entendimento baixado pelo MEC, o professor que fez novo concurso está em “novo” cargo e, portanto, a ele não se aplica a exceção. Logo, terá que aguardar três anos.

O entendimento da administração está centrado no argumento de que por se tratarem de cargos distintos, é inaplicável o artigo 13 da Lei 12.772 que excepciona a regra geral de vedação da promoção durante o estágio probatório.

Imbuída da ideia de que a carreira docente federal é uma única, aplicável a todo o território nacional, e acreditando que a Lei 12.772 prestigiava esse entendimento, a Adufrgs-Sindical vinha tentando na esfera administrativa (Ufrgs e Ufcsa) a aplicação do parágrafo único dos artigos 13 e 15 (supra transcritos) em sua totalidade. Quer a Adufrgs, com isso, que os professores que eram de outra Ifes antes da Lei,

e que fizeram novos concursos, também se beneficiem da aceleração de promoção, até porque a mesma prevê que o enquadramento na nova lei não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à Carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas pelos seus ocupantes (artigo 6º da Lei 12.772/12).

Em geral, essas migrações se dão por conta de posse em cargo inacumulável e, em relação ao cargo anterior, ocorre a vacância. O real espírito da vacância já foi objeto de parecer de cunho normativo parte da AGU, o qual, por força da Lei Complementar 73 vincula a administração:

- A posse e a exoneração, atinentes a cargos considerados como insuscetíveis de acumulação, que envolvem a mesma ou diferentes unidades federativas, ainda que ulteriores à Emenda, não elidem a então condição de servidor público, desde que a vacância seja consequente da nova investidura [...] e os efeitos de ambas vigorem a partir de uma mesma data.

- Em casos tais persistem os motivos conducentes à salvaguarda dos direitos existentes. Estes são compatíveis com a evolução funcional que acarreta a mudança de cargo, se mantida a qualidade de servidor público. Envolveria verdadeiro paradoxo o Texto Constitucional assegurar, de modo amplo, direitos dos servidores e impedir-lhes o progresso profissional de que não provém prejuízo para a prestação de serviços e os liames funcionais criados com o Estado.

Portanto, o que preserva o direito destes servidores que trocaram de cargos à aceleração da promoção é justamente o efeito jurídico da vacância, que mantém o elo entre o servidor e a administração, mesmo havendo novo concurso.

O Ministério da Educação reafirmou o entendimento das universidades, de forma que aqueles servidores que foram prejudicados por este retardo na aceleração de promoção deverão se socorrer do Poder Judiciário. A assessoria jurídica da Adufrgs-Sindical já dispõe dos formulários a serem preenchidos pelos associados que tiverem interesse de encaminhar a questão judicial.



Quem pode ingressar em juízo:

- O professor que preencher os três requisitos abaixo poderá ingressar com medida judicial visando obter a aceleração da promoção durante o estágio probatório:
- Tenha ocupado cargo docente em outra IFE (instituição Federal de Ensino) que não a atual antes de 1º de março de 2013;
- Tenha sido empossado por força de novo concurso público para o cargo que atualmente ocupa depois de 1º de março de 2013;
- Que a troca de um cargo para o outro tenha ocorrido por vacância.

Pagamento em dinheiro da licença-prêmio

Os professores sócios da Adufrgs, ou que venham a se associar, e que se aposentaram a partir de 30/08/2001, podem receber em dinheiro as licenças-prêmio não gozadas quando em atividade ou utilizadas para aposentadoria ou abono de permanência.

Para obter o pagamento em dinheiro das licenças-prêmio não utilizadas, é necessário o ajuizamento de ação de cobrança contra a Ufrgs. Esta ação é rápida e segura, e a própria Ufrgs tem concordado com os valores propostos nas ações já ajuizadas.

Tendo em vista que o prazo para esta cobrança está se esgotando, a assessoria jurídica se dispõe a pesquisar junto à Ufrgs a situação funcional quanto à utilização ou não das Licenças Prêmio dos professores que tiverem interesse no ajuizamento de ação. Para tanto, necessitamos que os interessados entrem em contato diretamente com a assessoria jurídica para fornecer uma autorização para obtenção de tais informações através do e-mail monica@bordas.adv.br, ou pelo telefone 3228.9997.

Aqueles professores que já possuem as informações acerca de suas licenças-prêmio podem providenciar a entrega da documen-

tação para ajuizamento da ação de cobrança que está disponível no site da Adufrgs e do escritório Bordas Advogados Associados (www.bordas.adv.br - central de downloads). A entrega pode ser feita em horário comercial nas sedes da Adufrgs (Cidade Baixa e Campus do Vale) ou diretamente na assessoria jurídica (Bordas Advogados Associados - Praça da Alfândega, nº12 / 10º andar).

O professor que não for sócio pode contratar os serviços do escritório que assessora a Adufrgs-Sindical para o ajuizamento de ação individual, através do site www.bordas.adv.br ou do e-mail bordas@bordas.adv.br. Não esqueça que este é um direito seu, mas há prazo para cobrá-lo!

Quem pode ajuizar a ação da Adufrgs:

- Professor aposentado a partir de 30/08/2001
- Sócio da Adufrgs ou que vier a se associar
- Que possua licenças-prêmio não gozadas ou utilizadas para aposentadoria/abono de permanência (sob consulta)

Pagamento de valores reconhecidos na via administrativa

Em decorrência dos pedidos administrativos de concessão e revisão de abono de permanência e aposentadoria, progressão funcional, incorporação de vantagens, entre outros, a Administração vem reconhecendo valores atrasados de diferenças salariais. No entanto, os pagamentos destes valores vem sendo efetuados com anos de atraso, não havendo previsão de data para pagamento.

Soma-se a isto, ainda, o fato de tais valores não sofrerem qualquer tipo de correção monetária. Assim, é possível o ajuizamento de ação buscando tanto o pagamento do valor principal, quanto da correção monetária do valor reconhecido pela Ufrgs/Ufcsa ou IFRS.

Os servidores interessados no ajuizamento de ação para cobrança de tais valores devem providenciar a entrega dos documentos necessários na Adufrgs cujo KIT se encontra disponível nos sites da entidade e do escritório Bordas Advogados Associados, podendo ser solicitado através do e-

-mail bordas@bordas.adv.br. Lembramos que todo professor que tenha obtido da Ufrgs o reconhecimento do direito ao recebimento de valores atrasados pode ajuizar a ação.



Assessoria Jurídica da ADUFRGS-Sindical

Bordas Advogados Associados
Praça da Alfândega, 12, 10º andar
Edifício London Bank
CEP: 90010-150 Porto Alegre/RS
(51) 3228.9997
www.bordas.adv.br
bordas@bordas.adv.br

10 anos

... de luta pela qualidade do Ensino das Universidades
Públicas e Institutos Federais

... de luta pela Autonomia das Universidades

... de luta pela Defesa dos Direitos dos Professores

... construindo a história do Movimento Docente

 **PROiFES**
FEDERAÇÃO
Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior

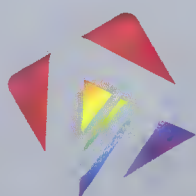


**PA
QUE
TÁ**

preview
Vem chegando o verão.

LOJASPAQUETA

FACEBOOK.COM/LOJASPAQUETA TWITTER.COM/LOJASPAQUETA BLOG ANDANDONAMODA.COM.BR LOJASPAQUETA COMPRE ONLINE: LOJASPAQUETA.COM.BR



ADufrgs
sindical